

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Inaugurada a «casa» da RTP



Ciclo de Reflexão «Nós e a Europa»



Pag.9

A « Coligação Açores »



realizou a sua Convenção

Centrais



Congresso da ANMP na Madeira

Pag.16



Estruturas da Emigração do PSD na Europa

Pag.24

Intervenção sobre Política Externa

Deputado Maria Eduarda Azevedo
Assembleia da República, 01 de Abril de 2004



(...)
Quero começar por realçar que, exactamente de hoje a um mês, a União Europeia concretiza um alargamento sem precedentes. De facto, no **próximo dia 1 de Maio a União Europeia realiza o maior alargamento da sua história com a adesão de dez países da Europa Central e Oriental.**

(...)
A justa aspiração de aderirem a um espaço de liberdade, convivência democrática e de respeito pelos direitos humanos, de participarem numa sociedade aberta, em que a livre circulação de pessoas reveste um carácter fundamental para a construção de uma união mais estreita entre os Estados e entre os povos, de usufruírem das oportunidades de uma economia social de mercado.

(...)
...este ambicioso e **ansioso alargamento**, que **mereceu um apoio contínuo e incondicional do PSD** quer no governo, quer na oposição, constitui a melhor resposta para os que, militando contra a construção europeia, quotidianamente desafiam aqueles que, genuinamente, acreditam no ideal europeu.
É uma resposta verdadeiramente esmagadora para os que, animados por

ideologias passadistas e retrógradas, não comungam dos objectivos do projecto europeu e não partilham do impulso para o novo patamar e o novo figurino da construção da Europa.

(...)
Hoje, após uma aturada reflexão sobre as propostas do projecto de Tratado Constitucional, o primeiro Conselho Europeu da presidência irlandesa anunciou o regresso das negociações.

Neste cenário, o Partido Social Democrata, consciente da importância e valia do Tratado Constitucional para o devir europeu, congratula-se vivamente com esse reinício num clima de solidariedade e de partilha do ideal europeu pelos Estados membros.

Em face do clima e das decisões do Conselho Europeu de 25-26 do passado mês de Março, podemos certificar que os chefes de Estado e de Governo deram provas de inequívoca clarividência e determinação.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata deseja que este esforço final para a aprovação do Tratado Constitucional num espaço de tempo tão breve quanto possível seja coroado do maior êxito e ao Governo português o maior sucesso na afirmação e defesa dos interesses nacionais e na preservação do modelo europeu que queremos para o futuro.

(...)
Face a um novo ciclo e perante este movimento de revivificação do projecto europeu, não posso – e não quero – deixar de exprimir o meu apelo à criação de um renovado consenso político. Para que Portugal possa marcar uma posição activa neste singular momento histórico.

Intervenção sobre os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu

Deputado António Pinho Cardão
Assembleia da República, 31 de Março de 2004



(...)
A Assembleia da República é chamada a ratificar a Decisão do Conselho, reunido ao nível dos Chefes de Estado ou de Governo, de 21 de Março de 2003, relativa a uma alteração do n.º 2 do artigo 10.º dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu.

Segundo esta alteração, a tomada de decisões por parte do Conselho do BCE, que seguia estritamente o princípio de que a cada Governador corresponde um voto, evoluirá, com o Alargamento, e sem por em causa aquele

princípio, **para uma rotação periódica do exercício de voto.**

A possibilidade de alteração tinha, aliás, ficado prevista no Tratado de Nice, que preparou o Alargamento da União Europeia.

(...)
Com a alteração prevista em Nice, pretendia-se que o sistema de votações pudesse evoluir para uma fórmula que, mantendo o espírito inicial, pudesse melhor adequar-se a uma entidade muito mais alargada, de maneira a não por em causa a sua capacidade de intervenção eficiente e de decisão em tempo oportuno.

É neste contexto que veio a ser formulada uma Recomendação pelo Conselho do Banco Central Europeu, a qual veio a ser adoptada e aprovada pelo Conselho, a nível de Chefes de Estado e de Governo e que estabelece o *princípio da rotatividade das votações*, como forma de repartir os direitos de voto pelos Governadores com assento no Conselho do BCE.

(...)

Observatório

A Europa e o terrorismo

A Europa precisa de ter condições para intervenções preventivas, por muito que isso custe às almas sensíveis.

Vasco Graça Moura, *Diário de Notícias*, 31/03/2004

É chegado o momento de olhar à volta

Faço a sugestão para que paremos para pensar, atentemos no que acontece hoje em dia e percebamos se não temos de actuar para que o edifício não caia. A ordem, a autoridade, a separação de poderes não são contrários, antes são indispensáveis, para assegurar a liberdade.

Pedro Santana Lopes, *Diário de Notícias*, 01/04/2004

O “efeito espanhol”

O que aconteceu em Espanha foi uma viragem psicológica que determinou uma viragem política. Esta foi a sua tradução mais flagrante mas, talvez, a prazo, a menos significativa. O “efeito espanhol” é complexo, mas muito poderoso e está em curso.

Pacheco Pereira, *Público*, 01/04/2004

Democracia e paranóias

É tempo de denunciar as contradições da esquerda, com a mesma veemência com que se denunciam as contradições da direita.

Guilherme Silva, *A Capital*, 02/04/2004



Intervenção sobre o tráfico de crianças e órgãos em Moçambique

Deputada Teresa Morais
Assembleia da República, 30 de Março de 2004

de 50 crianças desaparecidas em seis

(...)
Chamam-se Erga, Rosalina, Ticha, Amina, Sarima, ou Marcelino mas poderiam também chamar-se Jorge ou Rui Pedro.

São apenas algumas dentre milhares de crianças traficadas para trabalhos forçados, exploração sexual ou simplesmente para serem feitas em pedaços alimentando o negócio milionário em que se tem vindo a transformar o tráfico de órgãos.

Compram-se em euros, em dólares, reais ou meticais e, na maioria dos casos, são raptadas em bairros pobres, de países pobres e levadas para destinos mais abastados.

São aliciadas para uma vida melhor que rapidamente se revela ser afinal um pesadelo; são apanhadas nas ruas onde passam dias e noites ou simplesmente raptadas no caminho para a escola.

A UNICEF estima que entre 30% e 35% das pessoas envolvidas no negócio da prostituição no sudeste asiático têm entre 12 e 17 anos de idade.

No México existem 16 000 crianças envolvidas em redes de prostituição.

Ainda segundo dados das Nações Unidas saem da Guatemala entre 1000 e 1500 crianças por ano traficadas com destino ao EU e a vários países da Europa.

Saem também do Haiti: são em média 2500 crianças que anualmente fornecem mão de obra infantil na República Dominicana. Algumas têm cinco anos e são exploradas, na construção civil e nas fazendas. Segundo a UNICEF os traficantes recebem até 80 dólares por cada criança e os guardas da fronteira entre 1 e 7,5 dólares por cada uma que deixam atravessar essa linha que imaginariamente divide uma e a mesma coisa: **a pobreza da miséria.**

Em Caracas foi recentemente denunciada a situação de crianças traficadas a partir do Equador. Duas delas revelaram à polícia que pertenciam a um grupo de 200 crianças a viverem em condições de escravatura.

Vêm também do Brasil onde, de acordo com um relatório de Fevereiro deste ano designado **Missão ao Brasil** e elaborado pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, existem **241 rotas internacionais e nacionais** de tráfico. O Brasil funciona abertamente como fornecedor de países como os Estados Unidos, a Venezuela, o Suriname e vários países da Europa (Itália, Holanda, Portugal, Alemanha, Espanha).

Mas África é hoje também uma fonte de alimentação deste tráfico. Países como o Gana, Burkina Fasso, Togo, Benin, Costa do Marfim ou Mali são particularmente afectados. Mas entre eles parece estar hoje



também Moçambique onde durante algum tempo informações contraditórias geravam a confusão e questionavam a existência real de tráfico de crianças e órgãos.

Mas se em relação à extracção de órgãos subsistiam dúvidas quanto à motivação que lhe tem dado origem e à finalidade a que se destinam, o que justificou da parte de autoridades judiciais e eclesiásticas, até ontem, alguma prudência quanto à afirmação inequívoca da existência desse tipo de tráfico e dos termos em que possa estar a processar-se, no que se refere ao tráfico de crianças, muitos moçambicanos não têm já, **infelizmente**, razões para cepticismo.

Não duvidam da existência de tráfico os muitos pais a quem levaram os seus filhos.

Afirma-o sem hesitação e sem medo a Igreja cuja acção **verdadeiramente vital** de protecção das populações e **especialmente** das crianças deve ser **lembrada e agradecida.**

Os bispos da Beira e de Nampula afirmaram publicamente que o **“tráfico de menores é uma realidade moçambicana”** e tanto a Conferência de Religiosos como a Conferência Episcopal já emitiram documentos em que solicitam a atenção das autoridades para a realidade do tráfico.

Admite-o o Procurador Geral de Moçambique, que usando da reserva que entende necessária ao decurso da investigação, **aliás, muito polémica**, não nega já a existência de tráfico de crianças e mesmo a possibilidade de estar a actuar em território moçambicano uma rede internacional.

O Procurador terá, aliás, revelado a existência de lugares destinados a ocultar crianças que seriam depois transportadas por via marítima.

A dimensão do problema ninguém verdadeiramente a conhece. Números seguros ninguém tem. Fala-se de mais

meses, mas estes dados não são rigorosos: correspondem apenas ao número de apelos feitos pelos pais nas rádios, sendo certo que nem todos os pais os fazem por falta de dinheiro, nem se sabe se algumas dessas crianças algum dia voltaram a aparecer.

Começa, aliás, a perceber-se que o tráfico de crianças em Nampula não é um caso isolado e pode ter conhecido um desvio para outras paragens quando, por denúncia corajosa das missionárias do convento da Mater Dei, as atenções se centraram naquela cidade.

Mas uma investigação desta natureza requer meios e, por maioria de razão, uma investigação que poderá entrar no mundo da criminalidade organizada transnacional.

Um jornal português que fez sobre este tema um trabalho pelo qual deve ser cumprimentado, ouviu do Procurador da República em Nampula, Daniel Magula, a confissão de uma absoluta falta de meios para a investigação aqui em causa.

A própria lei moçambicana está impreparada para este cenário já que não prevê o crime de tráfico de pessoas. Até agora a incriminação destas práticas tem sido feita usando o tipo legal de **“descaminho e ocultação”**, único que no Código Penal se aproxima desta realidade. Moçambique assinou em Dezembro de 2000 quer a Convenção Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, quer o seu Protocolo adicional relativo à Prevenção e Punição do Tráfico de Pessoas Especialmente Mulheres e Crianças, **mas não ratificou ainda qualquer destes instrumentos.**

O Governo português tinha já, através dos Ministérios da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, oferecido ajuda às autoridades moçambicanas nesta investigação.

Mas ontem mesmo o Primeiro-

ministro afirmou em Maputo que **a ninguém, mais do que as próprias autoridades moçambicanas, interessa garantir o bem-estar das suas crianças**, mas reiterou a disponibilidade de Portugal para prestar todo o apoio que julgue necessário.

Mas é, naturalmente, a Moçambique que caberá aceitar a colaboração portuguesa, a de qualquer outro país, ou das instâncias internacionais que possam facultar-lhe meios e experiência neste tipo de investigação, **quando e se, no futuro, vier a admitir essa necessidade.**

A Assembleia da República **não pode**, naturalmente, questionar os detalhes dos procedimentos que foram ou não foram adoptados pelas autoridades de outro Estado que só aos moçambicanos, como a qualquer povo soberano, caberá avaliar.

Mas **pode e deve**, dar um sinal da sua atenção e preocupação e, sobretudo, expressar o seu apoio a um povo nosso irmão que sofre um flagelo, de que nós, em menor escala, temos também conhecimento e **sofrimento** directo.

Deve ainda em nosso entender **expressar a sua solidariedade** com aqueles que neste momento se esforçam para não serem silenciados e corajosamente dão a conhecer ao mundo o sofrimento e o medo em que vivem hoje milhares de crianças.

O tráfico de crianças, onde quer que aconteça, é uma terrível e intolerável violação dos seus direitos fundamentais: a um crescimento saudável, à integridade física, à liberdade, à vida!

Cada um dos Estados envolvidos, como país de origem, de trânsito ou de destino, mas também as instâncias internacionais, **devem procurar urgentemente formas de acção mais consequentes.**

Os programas anti-tráfico e as formas de colaboração entre Estados não estão a produzir os efeitos necessários.

É, aliás, claro e reconhecido que esses resultados só se alcançarão se conseguirmos **actuar preventivamente, punir os traficantes** mas também **lutar contra as causas**: e isto significa **combater a pobreza, tirar as crianças das ruas e protegê-las dos seus potenciais agressores.**

O Conselho Executivo da UNICEF afirma num relatório de Janeiro deste ano que **“o desafio consiste em Governos e comunidade quebrarem o silêncio que envolve o tráfico a todos os níveis”**.

(...)
Quebrems pois **hoje e sempre** esse silêncio **pelas crianças** e em homenagem a quem a esta hora **tem a sua própria vida em risco** por ter ousado falar em sua defesa!

Intervenção sobre o Aeroporto da OTA

Deputado Fernando Pedro Moutinho
Assembleia da República, 31 de Março de 2004



(...)

O Programa do Governo discutido nesta casa em 18 de Abril de 2002 diz textualmente o seguinte; e é o que o **Primeiro-Ministro quer para Portugal**:

“ Os estudos relativos ao **Aeroporto da Ota prosseguirão de modo a poder caracterizar adequadamente o empreendimento**: a sua concretização não é prioritária e ele não arrancará na presente legislatura: isso não impede que se mantenham as medidas de salvaguarda relativas aos terrenos, nem que se aprofundem outros aspectos relativos à construção do Aeroporto, nomeadamente quanto à data de início da sua realização, tendo em atenção a capacidade do Aeroporto da Portela.”

Por isso o PSD reafirma:

- 1.O projecto do novo Aeroporto não foi abandonado;
- 2.A localização da Ota não está em causa;
- 3.A concretização do projecto não representa uma prioridade a curto

prazo;

4.O actual momento é de reponderação em função das novas condicionantes internacionais, que determinaram a reavaliação de todos os dados técnicos, económicos e financeiros;

5.Na actual conjuntura as incertezas não permitem um planeamento rigoroso de um projecto desta dimensão. Há que aguardar e acompanhar de perto os sinais de inversão do volume de tráfego aéreo que habitem uma tomada de decisão devidamente fundamentada;

6.Há que aprofundar os estudos necessários para ser dada uma resposta no tempo certo;

7.Esta posição é imposta por estritos critérios de prudência, bom senso e de racionalidade na utilização dos recursos financeiros disponíveis.

(...)

Quanto às preocupações para minorar os efeitos das medidas preventivas na ocupação do solo na área potencial do novo Aeroporto da Ota, foi o PS que as definiu em Agosto de 1997 e neste caso bem, tendo promovido em Agosto de 2000 a sua renovação por um período de 3 anos, tendo sido já este Governo a renovar o prazo por mais 3 anos até 2006.

Como o Sr. Ministro Carmona Rodrigues atrás referiu, o **Governo está disponível para minorar os efeitos inúteis destas medidas preventivas**, sendo certo que **têm de existir medidas reguladoras do uso do solo até à construção do novo Aeroporto**.

Como se viu até ao momento, o PS esteve e está sempre cheio de palavras e promessas mas **tem sido este Governo que está a fazer** aquilo que já deveria ter sido feito como **a reavaliação dos acréscimos do tráfego aéreo, o estudo da viabilização financeira, sem implicar a privatização da ANA**.

A avaliação dos impactos hidrológicos e de outros estudos, como a programação da travessia da linha do Comboio de Alta Velocidade. Estas abordagens são já o resultado da acção deste Governo.

(...)

Da interpelação do PS ficámos todos elucidados. Não sabem fazer o seu trabalho bem feito, não sabem o que querem e sobretudo porque é grave para o País, ainda andam desorientados.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 14 de Abril de 2004-15:00h

Interpelação ao Governo n° 12/IX (PEV)
(Sobre Desenvolvimento Sustentável, centrada nas políticas de Ambiente, Ordenamento do Território e Transportes)

Quinta-Feira, dia 15 de Abril de 2004-15:00h

Proposta de Resolução n° 63/IX (GOV)
(Aprova o acordo entre Portugal e Espanha para a constituição de um mercado ibérico da energia eléctrica)

Proposta de Lei n° 119/IX (GOV)
(Aprova o Estatuto do Mecenato Científico e altera o Estatuto do Mecenato)
VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 16 de Abril de 2004-10:00h

Discussão conjunta:

Proposta de Lei n° 113/IX (GOV)

(Estabelece o regime e os princípios da acção do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e protecção das artes e actividades cinematográficas e do audiovisual)

Projecto de Lei n° 420/IX (PS)

(Aprova o regime jurídico que regula a intervenção do Estado nas actividades cinematográfica e audiovisual)

Petições

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua primeira reunião deste mês, no dia 1, como habitualmente no edifício da Presidência, aprovou 10 diplomas, dos quais 7 Decretos-Lei (dois deles ordenando a transposição de directrizes da UE para a nossa legislação), um Decreto regulamentar e duas resoluções. Transcrevemos a seguir os respectivos textos:

Decreto-Lei que estabelece disposições específicas aplicáveis a dispositivos médicos fabricados mediante a utilização de tecidos de origem animal e transpõe para a ordem jurídica nacional a **Directiva 2003/32/CE da Comissão**, de 23 de Abril de 2003.

No cumprimento dos objectivos de protecção da saúde pública e dos interesses dos pacientes e demais utilizadores de dispositivos médicos, este Decreto-Lei estabelece condições suplementares para a utilização de tecidos animais originários das espécies bovina, ovina e caprina, entre outras, em dispositivos médicos que não se destinem apenas a entrar em contacto com a pele humana intacta, aproveitando-se para transpor para a ordem jurídica interna a **Directiva 2003/32/CE**.

Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica nacional as **Directivas 2003/11/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro de 2003, **2003/34/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003 e **2003/36/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativas à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, e altera o Decreto-Lei n.º 264/98, de 19 de Agosto.

As alterações agora introduzidas respeitam à limitação da comercialização e da utilização de éter pentabromodifenílico e éter octabromodifenílico e de algumas substâncias classificadas como cancerígenas, mutagénicas ou tóxicas para a reprodução.

Transporte público colectivo regular de passageiros com destino aos estádios do Euro 2004

Por Decreto-Lei é estabelecido um regime transitório e excepcional para serviços de transporte público colectivo regular de passageiros com destino aos estádios do Euro 2004 para vigorar durante o período de duração daquele campeonato.

O presente diploma tem em vista flexibilizar a realização de carreiras de transportes públicos colectivos de passageiros, durante o Euro 2004, agilizando o procedimento administrativo fixado nas normas em vigor, no que se refere à criação de carreiras específicas e alteração de itinerários e paragens em percursos que sirvam os estádios deste campeonato.

Prevê-se também que as empresas concessionárias de carreiras de transporte público colectivo de passageiros e as empresas titulares de autorizações para a exploração de serviços expresso e carreiras de alta qualidade, possam fixar livremente os títulos e preços de transporte nas carreiras que sirvam este evento desportivo

Regime jurídico da actividade termal

Este presente Decreto-Lei regula o

licenciamento, a organização o funcionamento e a fiscalização dos estabelecimentos termais, substituindo a já desadequada legislação das termas que data, essencialmente, do princípio e meados do século passado.

Introduzem-se normativos inovadores e dinamizadores em todas as vertentes a regular, procurando responder às exigências da prestação de cuidados de saúde, do mercado e da melhoria da competitividade, promovendo o acesso à actividade e a qualidade de oferta nos novos estabelecimentos e nas termas já em funcionamento, permitindo a modernização e requalificação das infra-estruturas e equipamentos nas estâncias e estabelecimentos termais do país.

Para tal, procura-se adequar a actividade termal às expectativas e exigências dos consumidores de hoje, primordialmente orientados para os vectores do tratamento e prevenção, do bem-estar e lazer, com acento tónico na qualidade dos serviços que procuram e lhes são prestados. Isto, sem esquecer a essencial vocação dos estabelecimentos termais como unidades prestadoras de cuidados de saúde, adequando, também, a sua existência às novas tendências deste sector, mormente no que respeita ao acesso e gestão da actividade.

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, que tinha criado o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

O Decreto-Lei n.º 221/97 criou o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), enquanto órgão independente de consulta dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente, de entidades públicas e de organizações de defesa do ambiente, sobre todas as questões relativas ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

O CNADS também tem assumido, ao longo destes mais de seis anos, um papel preponderante enquanto fórum de reflexão útil à formulação e implementação da política de ambiente e desenvolvimento sustentável da política do ambiente, para o que em muito contribuiu a sua natureza de órgão independente.

A experiência adquirida ao longo desses anos revelou, no entanto, a vantagem de se proceder a algumas alterações àquele Decreto-Lei, nomeadamente, no sentido de adaptar a composição e as competências do CNADS aos desafios ambientais e do desenvolvimento sustentável de hoje e, bem assim, introduzir alguns aperfeiçoamentos de carácter eminentemente técnico e administrativo no regime do seu funcionamento.

Intervenções previstas no âmbito do Programa Polis

Pela oitava vez é alterado o Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

O Decreto-Lei 119/2000 estabeleceu medidas preventivas da utilização do solo urbano a afectar à realização das intervenções

necessárias nas áreas abrangidas pelo Programa Polis, com o objectivo de prevenir alterações que comprometessem ou inviabilizassem a execução do mencionado Programa, bem como para contrariar o surgimento de actividades de especulação imobiliária nas respectivas zonas de intervenção.

Com o desenvolvimento do processo de elaboração dos planos de pormenor para a zona de intervenção do Programa Polis da Costa de Caparica e o conhecimento rigoroso que se tem, neste momento, da zona em causa, em termos topográficos e cadastrais, identificaram-se pequenas discrepâncias entre a delimitação dos planos de pormenor e a delimitação da área de intervenção.

Muito embora se reconheça que as discrepâncias detectadas assumem reduzida expressão, torna-se necessário corrigir as plantas de delimitação da zona reservada à intervenção do Programa Polis da Costa de Caparica, alteração a que se procede através do presente diploma.

Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana

Por Decreto-Lei é alterado o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho.

O presente Decreto-Lei visa adequar as normas do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana ao Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado.

Sem prejuízo da revisão global daquele Estatuto, altera-se, ainda, o mesmo no sentido de ajustar a aplicação do disposto no Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, à Guarda Nacional Republicana, no que se refere à competência para a concessão das medalhas comemorativas das campanhas e de comissões de serviço especiais.

Por outro lado, introduzem-se algumas alterações no âmbito da formação de sargentos, adequando a estrutura de formação ao quadro de responsabilidades cometidas àquela força de segurança.

Agrega-se a formação para promoção de sargentos num único curso, a realizar na Escola Prática da Guarda, aquando da promoção a sargento-ajudante, e estabeleceu-se um regime transitório aplicável aos sargentos-ajudantes que tenham realizado o estágio de promoção até ao vigésimo estágio, inclusive, mantendo-se aquele estágio de promoção como requisito para estes militares ascenderem ao posto de sargento-chefe.

Plano de Pormenor da Quinta de São Mateus

Por resolução do Conselho de Ministros é ratificado o Plano de Pormenor da Quinta de São Mateus, no município de Cantanhede.

O Plano de Pormenor hoje ratificado tem por objectivo criar uma zona verde, fundamental para a cidade de Cantanhede, de modo a colmatar as carências da população neste tipo de espaços de lazer, cultura e desporto.

Conselho de Ministros

Metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo

Uma Resolução do Conselho altera pela segunda vez a Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2002, de 3 de Abril, que constitui uma equipa de missão que procederá à verificação do cumprimento dos objectivos definidos no contrato de concessão da rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo até à entrada em funcionamento da 1.ª fase.

Através da alteração aprovada pela presente Resolução, é atribuído à Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P. o encargo de suportar as despesas de funcionamento, por conta das verbas para o efeito inscritas no respectivo orçamento, bem como os encargos resultantes da prossecução da respectiva missão pelo Gabinete do Metro Sul do Tejo, de acordo com as solicitações deste, em cumprimento dos objectivos fixados.

Avaliação do desempenho dos dirigentes de nível intermédio, funcionários, agentes e demais trabalhadores da administração directa do Estado e dos Institutos Públicos

Por Decreto Regulamentar é regulamentada a Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, no que se refere ao sistema de avaliação do desempenho dos dirigentes de nível intermédio, funcionários, agentes e demais trabalhadores da administração directa do Estado e dos institutos públicos.

Obedecendo aos princípios, componentes e regras gerais de avaliação, consagrados pelo Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública, é regulamentado o procedimento de avaliação dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública.

A Administração Pública tem de evoluir para uma gestão determinada por objectivos, orientada para resultados e dotada dos instrumentos de gestão necessários para actuar

e responsabilizar, motivando os seus trabalhadores para um desempenho de qualidade e reconhecendo o mérito e a excelência.

A instituição de um modelo credível de avaliação é essencial para a introdução de uma nova cultura de gestão pública, para uma correcta apreciação dos recursos alocados a cada um dos organismos e funções e para a criação de condições de maior motivação profissional, qualificação e formação permanente dos recursos humanos.

Trata-se também de um instrumento de gestão que, a ser devidamente utilizado, permitirá identificar desequilíbrios funcionais, deficiências organizacionais, responsabilizar o pessoal e os dirigentes e criar um clima de exigência, de mérito e de transparência na acção dos serviços e que deve ser impulsionador da mudança de cultura e práticas de gestão essenciais à melhoria da prestação na Administração Pública. – **Fonte: Portal do Governo**

Condições de acesso das Rádios aos Estádios do Euro 2004

Dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Presidência e da Juventude e Desportos, dimanou um comunicado conjunto que torna públicas as condições de acesso das Rádios aos Estádios do Euro 2004 e cujo texto registamos:

«Considerando que o UEFA Euro 2004 é um evento com entradas pagas e com grande afluxo de espectadores.

«Considerando que o direito de acesso aos recintos desportivos deve ser garantido, sem prejuízo dos condicionalismos e limites decorrentes da protecção legal dos direitos do organizador do espectáculo, consagrados na legislação portuguesa.

«Considerando que o acesso aos recintos desportivos, para o relato ou o comentário radiofónico, depende de autorização do organizador.

«Considerando que a proibição de exigência de contrapartidas financeiras não incide sobre a aquisição do direito à cobertura informativa, mas sim ao exercício do direito à informação anteriormente adquirido.

«Considerando que é legal e legítima a exigência de contrapartidas financeiras pela disponibilização, pelo organizador do espectáculo, dos meios técnicos ou humanos requeridos para a informação, nomeadamente através do relato ou comentário radiofónico.

«Considerando que as normas em vigor impõem a obrigatoriedade da existência, nos estádios onde se realizam jogos de nível internacional, de locais próprios para a

Comunicação social, devidamente equipados e com especiais requisitos técnicos.

«Considerando que a legislação portuguesa permite expressamente a adequação temporária dos estádios às exigências impostas pelas organizações desportivas para a realização de eventos de alto nível internacional e de carácter extraordinário, como é o caso do UEFA Euro 2004.

«Considerando que o exercício do direito à informação implica a solicitação de locais próprios, devidamente equipados, por manifestas e actualíssimas razões de segurança.

«Considerando que o caso especial das rádios locais merece um tratamento diferenciado, que tenha em conta as limitações decorrentes do seu âmbito geográfico, mas, e por via destas, a exiguidade dos seus recursos logísticos e financeiros.

«Considerando que a lei não proíbe a estipulação de condicionalismos ou limites ao direito à informação, desde que não sejam de natureza financeira, nomeadamente quando determinados por insuficiência de locais disponíveis.

«O Governo português, representado por Suas Excelências o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência e o Secretário de Estado da Juventude e Desportos, e a sociedade Euro 2004, SA, representada pelo respectivo Presidente, Dr. Gilberto Madail, comunicam o seguinte entendimento:

«1. O acesso aos locais abertos ao público para fins de cobertura jornalística ou radiofónica

só pode ser concedido, mediante a acreditação, a pessoas devidamente habilitadas com o respectivo título, emitido pela Comissão da Carteira Profissional ou pela Comissão Nacional da Imprensa Desportiva;

«2. O relato ou o comentário radiofónico dos jogos da fase final do UEFA Euro 2004 depende de autorização da entidade organizadora e do pagamento de uma contrapartida financeira referente à aquisição do direito que permite o exercício da actividade;

«3. O pagamento da contrapartida financeira poderá ser parcialmente substituído pela cedência de publicidade promocional ao UEFA Euro 2004, mediante acordo entre a entidade organizadora e as rádios locais que reúnam condições para a acreditação;

«4. O exercício da actividade dos profissionais da comunicação social só pode ser efectuado em locais próprios, devidamente equipados com os meios técnicos necessários, o que dá origem ao pagamento de uma importância correspondente à respectiva utilização;

«5. As rádios locais apenas podem solicitar a acreditação para os jogos dos respectivos concelhos;

«6. As entidades interessadas na obtenção das respectivas acreditações devem solicitá-las até às 17h00 do dia 9 de Abril de 2004, impreterivelmente, através do site <http://www.euro2004.com/> (acreditação).»



Notícias dos Açores

Formalizada a coligação eleitoral que apresenta Victor Cruz como candidato a Presidente Regional

Victor Cruz, candidato a presidente regional pela “Coligação Açores”, anunciou que, ao formar Governo, este terá como objectivo prioritário de desenvolvimento a retoma da convergência, “de modo a que os Açores deixem de ser a região mais pobre de Portugal e se aproximem, no espaço de uma década, das regiões mais ricas do País”.

Os líderes do PSD e do CDS/PP, Victor Cruz e Alvarino Pinheiro subscreveram o acordo formal da constituição de uma coligação entre os dois partidos, na noite de sábado, na Aula Magna da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada. À cerimónia assistiram Mota Amaral, deputado açoriano e presidente da Assembleia da República, e Costa Neves, presidente do Congresso Regional do PSD e secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

No acordo formalizado, os dois partidos reafirmam o propósito de apresentar listas conjuntas nos nove círculos eleitorais do arquipélago, com o objectivo de ganhar as próximas eleições e formar governo. O documento estabelece “o dever recíproco de consulta e informação sobre todas as iniciativas legislativas da responsabilidade de cada um dos partidos, abstendo-se qualquer um deles de ter iniciativa legislativa que colida com a acção governativa”. O PSD e o PP regionais defenderam, ainda, a criação de um círculo próprio para os Açores nas eleições para o Parlamento Europeu e comprometeram-se a apresentar “um candidato que represente as duas forças partidárias”.

O candidato a presidente pela coligação adiantou que caso forme governo este adoptará “uma nova estrutura, mais capaz e mais ágil, para resolver os graves problemas com que os Açores se defrontam”. Victor Cruz propõe-se seguir “uma política de verdade, um relacionamento institucional de respeito e cooperação com outras entidades públicas”, acrescentando não ter “medo de criticar o Governo da República só porque é do nosso partido”.

Nas eleições de Outubro próximo, frisou, “a opção é entre os valores da social democracia e da democracia cristã e os valores

do socialismo e do comunismo”. Com críticas ao executivo socialista, Victor Cruz prometeu “despartidarizar boa parte da vida económica, social e cultural dos Açores”. Reiterou também a promessa de trabalhar para o desenvolvimento regional e de

o Acordo Político com vista à vitória nas eleições legislativas regionais de Outubro. Hoje oferecemos a todos os açorianos um novo tempo político. Um tempo de mudança.

Nesta Aula Magna, da nossa Universidade, no Congresso do



umentar as pensões na Região.

Revelando as linhas programáticas do governo da coligação, prometeu também dinamizar os sectores tradicionais, apostar no turismo de qualidade, estimular a iniciativa privada, promover o emprego qualificado e atenuar a carga fiscal para gerar competitividade. Anunciou igualmente que caso forme governo, a EDA não será privatizada acima dos 49,9% e a Região manterá o controlo maioritário do Grupo SATA.

Intervenção de Victor Cruz na Aula Magna da Universidade

Na conclusão da cerimónia de formalização do acordo entre o PSD e o CDS, Victor Cruz proferiu palavras de confiança e frisou as grandes linhas programáticas da coligação, afirmando, após cumprimentar as entidades de destaque ali presentes e a assistência em geral:

Hoje começa a Primavera, hoje o PPD/PSD e o CDS/PP assinam

PSD, apresentei aos militantes do meu partido uma proposta de entendimento pré-eleitoral com o CDS/PP, que foi sufragado, por voto secreto, por 96,4% dos congressistas.

Agora, em nome do PSD, com orgulho, acabo de assinar um acordo de coligação pré-eleitoral com o CDS/PP para a constituição da “Coligação Açores”.

Senhor Presidente do CDS/PP, Dr. Alvarino Pinheiro, quero dar testemunho público da sua dedicação, responsabilidade e grande contributo para o clima de confiança que rapidamente se gerou entre os nossos dois partidos. O PPD/PSD e o CDS/PP apresentarão listas conjuntas em todos os círculos eleitorais dos Açores, com o objectivo claro de ganhar as próximas eleições e formar governo.

Um governo com uma nova estrutura, mais capaz e mais ágil, para resolver os graves problemas com que os Açores se defrontam. Um governo com gente diferente, que ponha os Açores acima de tudo e que não use o poder para a satisfação de interesses partidários.

O PPD/PSD e o CDS/PP propõem aos açorianos um governo que governe mesmo os Açores. Os Açores não podem perder mais tempo.

O PSD, mais o PP, mais as centenas e centenas de independentes que estão a colaborar connosco são obviamente mais do que o PS.

Temos uma estratégia ganhadora, e por isso, os nossos adversários estão preocupados, agressivos e desmoteados.

A esta estratégia vitoriosa demos o nome de “Coligação Açores”. É um sinal de abertura à sociedade. A cooperação prevalecerá sobre a discriminação. Todos estão convocados e convidados a participarem e partilharem este projecto para os Açores.

O nosso governo será o governo dos Açores e não um governo de partidos; o nosso governo será de todos os açorianos e não apenas de alguns [...] Uma coisa é o interesse público, outra é o interesse partidário protagonizado por um governo que não governa para todos e que protege alguns, pressiona muitos e persegue os que não são seus. A um governo assim os açorianos dirão BASTA!

[...]E mais adiante, afirmou: O nosso governo não vai discriminar as Câmaras do Partido Socialista. Não promoverá um assalto a instituições e associações com vista a condicioner a sua acção. Não pediremos apoios políticos como contrapartida de apoios públicos.

Na Administração Pública ninguém será perseguido. Os funcionários públicos podem contar com o nosso “sentido de Estado”, com o nosso sentido de responsabilidade, com o nosso bom senso, com a nossa vontade de promover uma mudança segura e tranquila.

A Coligação tem uma grande motivação: oferecer estabilidade política aos açorianos

A Coligação que hoje se formaliza tem uma grande motivação – a de oferecer estabilidade política aos açorianos. [...]

A opção é entre os valores da Social Democracia e da Democracia

Notícias dos Açores (Conclusão)

Objectivo prioritário da coligação é o combate à pobreza e a convergência com as regiões mais ricas de Portugal

Cristã e os valores do Socialismo e do Comunismo. Nós percorremos um caminho de absoluta transparência, negociamos este acordo à vista de todos, aprovamos esta estratégia por voto secreto e em Congresso, queremos que os açorianos saibam com o que é que contam, prevejam com segurança o caminho que vão trilhar. Não oferecemos mais do mesmo, nem o prolongamento do fim de um ciclo, nem mais do mesmo com os comunistas.

Nós não queremos continuar, queremos começar de novo, com a vitalidade e a força renovadora que a mudança oferece, mas também com a tranquilidade que uma mudança segura garante. [...] Oferecemos estabilidade, mas a estabilidade não é apenas uma questão política, é também uma questão de estilo.

Pode-se ter a maior maioria absoluta, e pela ausência de uma autoridade consentida, pela falta de tolerância, pela ganância do poder, pela ausência de sentido de Estado, não oferecer estabilidade, nem tranquilidade; não melhorar a qualidade da democracia, em suma, não dar paz à convivência política. [...]

Objectivo prioritário: que os Açores deixem de ser a região mais pobre

Queremos aprofundar a Autonomia como resposta às exigências e aos desafios de um novo tempo. O nosso governo tem como objectivo prioritário de desenvolvimento, a retoma da convergência, de modo a que os Açores deixem de ser a região mais pobre de Portugal e se aproximem, no espaço de uma década, das regiões mais ricas do País.

O nosso governo apostará na Autonomia como resposta às exigências e aos desafios de um novo tempo. Apostamos no aprofundamento da autonomia e dos valores democráticos.

[...] O nosso governo apostará numa estratégia de desenvolvimento sustentado, que inclua todas e cada uma das ilhas. Uma estratégia que influencie a aplicação do IV Quadro Comunitário de Apoio e a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Queremos estimular a



iniciativa privada, promover o emprego qualificado e atenuar a carga fiscal para gerar competitividade.

O nosso governo apostará no turismo de qualidade, na promoção do destino turístico Açores e na formação profissional. O turismo terá um novo impacto para a criação de riqueza nos Açores.

O nosso governo apostará na melhoria do rendimento dos agricultores e na dignificação do trabalho agrícola. Queremos modernizar as explorações agrícolas com a melhoria dos seus acessos, fornecimento de água e de energia eléctrica. Apostamos na modernização da nossa frota pesqueira. Para o futuro destes sectores, apostamos na investigação científica e na experimentação.

E depois de apontar diversos objectivos do futuro Governo, disse: O nosso governo quer uma educação para o sucesso. Apostamos no ensino de uma língua estrangeira no primeiro ciclo. Reduziremos o número médio de alunos por sala. Vamos investir na qualidade, no mérito e na valorização de professores e de alunos.

Esta coligação é a alternativa ganhadora na formação do próximo Governo dos Açores

O nosso governo apostará na racionalização da Administração Pública, na reformulação dos

serviços inúteis, na garantia dos empregos e na formação profissional. O nosso governo apostará na cooperação com as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Vamos lançar o programa “Atlantis XXI”, com Sociedades de Desenvolvimento, para desenvolver as potencialidades de cada ilha, constituindo parcerias público-privadas para o desenvolvimento regional. [...] O nosso governo apostará na valorização da família e numa política que equilibre o desenvolvimento profissional dos pais com a educação, com a ocupação dos tempos livres dos filhos e com a atenção aos idosos da família.

O nosso governo apostará na excelência e na cultura. Acreditamos na liberdade criativa e na preservação do nosso património. Desenvolveremos novos instrumentos para a nossa promoção cultural no mundo, estimulando o turismo cultural.

O nosso governo apostará na ajuda aos mais desfavorecidos na obtenção de uma habitação digna. Apostamos na dinamização do mercado de arrendamento e na requalificação. Criaremos um programa de apoio à aquisição de casa própria para os jovens.

A “Coligação Açores” é uma solução açoriana para os problemas dos Açores. É pelos Açores e por causa do futuro dos açorianos que chegamos a este Acordo de Coligação. Dedicamos este acordo aos açorianos.

Esta não será apenas mais uma candidatura eleitoral. Esta coligação é a alternativa ganhadora na formação do próximo Governo dos Açores. Para o nosso desenvolvimento precisamos de todos.

A construção de um tempo novo nos Açores chama-nos a todos. Propomos o entendimento entre as pessoas, entre governos, entre estes e as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Com cooperação temos todos a ganhar. Com todos a puxar para o mesmo lado, fazemos mais com o mesmo dinheiro. A União faz a força!

[...] É pelos Açores e pelos açorianos que aqui estamos, dando um passo em frente. Acima dos nossos interesses partidários colocamos os Açores. Hoje estamos mais fortes do que ontem. A dinâmica de vitória é nossa. Vamos ganhar para estar ao serviço dos Açores, fazendo melhor pela nossa terra e pela nossa gente.

Estamos unidos à volta de uma estratégia que conta com todos, mesmo aqueles que não têm filiação ou simpatia partidária, mas que desejam participar num projecto comum de desenvolvimento para os Açores.

Não somos um mero somatório de dois partidos, estamos construindo um Movimento Açoriano. Entendemo-nos nas questões essenciais do nosso futuro colectivo. Já muitos açorianos se juntaram a nós. Sabemos que muitos mais vão colaborar. Temos uma estratégia para vencer. Lideramos um projecto com uma nova cultura política. Somos a “nova esperança”, ao invés da velha governação. Somos uma alternativa de valores, não o governo do “vale tudo” para ganhar as eleições.

Sei que em cada um de nós há uma ambição que é superior ao que temos. Sei que em cada um de nós há um sonho realizável de fazer mais e melhor pelos Açores. Sei que uma larga maioria dos açorianos acha que se pode governar melhor. Então vamos a isso, vamos fazer o que é preciso para ter um governo diferente e um futuro melhor. Vamos agarrar esta oportunidade. Vamos dar melhor vida aos açorianos.

Todos pelos Açores, vamos vencer! – Fonte: Gab. Press PSD/Açores



Notícias da Distrital do Porto

O Presidente da AR, Mota Amaral apadrinhou a criação pela CPD do Conselho Estratégico Sectorial



Foi criado, na CPD do Porto do PSD, o Conselho Estratégico Sectorial, estrutura que a CPD portuense, no próximo Congresso do Partido, vai propor seja criada em todas as CPD, como instrumento fundamental para a abertura à sociedade civil, colocando em debate continuado, militantes e independentes, anunciou no dia 26

de Março, o Presidente da CPD, Marco António Costa.

Falando no final da sessão que marcou o nascimento desta estrutura no Porto, Marco António Costa recordou que no Congresso de há dois anos a distrital portuense já tinha apresentado a ideia de alterar os estatutos do Partido de forma a “abrir à sociedade”.

“Agora vamos apresentar uma proposta concreta nesse sentido”, disse, considerando que esta é a única forma de o PSD se modernizar e adaptar aos novos tempos, visto “já não fazer sentido a lógica da mera divisão do partido numa base regional”.

“É preciso criar estruturas de debate com a sociedade civil em torno dos temas que mais preocupam as pessoas e que não têm divisões regionais: saúde, justiça, desenvolvimento, juventude...”, referiu aquele deputado e dirigente partidário.

A criação do conselho no distrito do Porto obedeceu, porém, a outros objectivos, como o próprio líder distrital admitiu: “visa criar um viveiro de gente capaz de agir na vida pública, para não haver a desculpa de que não são chamados nomes do distrito para cargos de responsabilidade por não haver no Porto pessoas com capacidade”.

há três meses, tendo já elaborado “dossiers” sobre temas como o Centro Materno-Infantil do Porto, acessos distritais, reforma da Sociedade de Transportes Públicos do Porto e dos CTT, entretanto enviados para os responsáveis governamentais com a tutela sobre os vários temas.

O coordenador global do Conselho será António Tavares, um nome “também ele escolhido mais com base na capacidade de trabalho do que no vedetismo”, referiu o líder da distrital.

A apresentação do Conselho Estratégico Sectorial do PSD/Porto foi “apadrinhado” pela presença de Mota Amaral, presidente da Assembleia da República, que considerou ser esta uma iniciativa de grande valor “permitindo que os partidos, em vez de absorverem a sociedade civil, se tornem motores da sua intervenção política”.

Marco António Costa afirmou que, considerando as actividades dos



Notícias de Leiria

Comunidade Urbana constituída com oito concelhos

A Comunidade Urbana (ComUrb) de Leiria foi constituída no dia 30 do mês passado, reunindo oito concelhos numa estrutura supra-municipal que assumiu o nome de Área Metropolitana de Leiria (AMLEI).

Este projecto conclui um processo de negociação entre todos os concelhos do distrito de Leiria, e que foi adoptado pelos municípios com maiores ligações a Leiria, através da Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), embrião da nova ComUrb ou de outro tipo de relações de proximidade.

Até ao início do ano, a adesão de Alcobaca e Nazaré esteve em aberto mas este primeiro concelho resolveu aderir, antes, ao Oeste.

A AMLEI vai ser constituída pelos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós mas está aberta à adesão de outros concelhos vizinhos.

– Fonte: Lusa

“Sempre achei injusto esse argumento”, garantiu, adiantando que os coordenadores dos 11 núcleos temáticos em que o conselho se divide são, alternadamente, “pessoas de renome e jovens dispostos a trabalhar, de modo a fugir a alguns efeitos do vedetismo que prejudicam o trabalho em equipa”.

Apesar de só agora institucionalizado, o conselho vinha a funcionar informalmente no Porto,

dois últimos anos da Distrital, esta “é hoje mais reconhecida, a nível nacional, com uma estrutura mais dinâmica e uma imagem de marca”.

Dentro dessa “imagem de marca” encontra-se a aposta numa aproximação ao PP da Galiza, tornando-se assim a distrital do Porto do PSD como uma espécie de “portavoz” dos social-democratas da região Norte face aos seus parceiros galegos.

– Fonte: Lusa, CPD/Porto

Notícias da Distrital do Porto (Conclusão)

Criado o «Conselho Estratégico Regional» Terminou o ciclo de conferências sobre o tema «Nós e a Europa»



Última sessão do ciclo de conferências «Nós e a Europa»

Ainda na série de actividades político-culturais promovida pela CPD do Porto, merece destaque a última sessão do ciclo de conferências subordinado ao tema geral «Nós e a Europa» e que discutiu «A Europa e a nova ordem mundial».

Perante uma plateia de mais de uma centena de pessoas, os convidados pelo presidente da Distrital, Professor Doutor Nuno Rogeiro e o Doutor Paulo Rangel, discutiram em profundidade as questões ligadas ao terrorismo internacional e criticaram a sugestão do Dr. Mário Soares que propõe diálogo com os terroristas. Uma proposta que a concretizar-se seria «o caminho do suicídio», critica inteiramente subscrita, no fecho da conferência, pelo líder social-democrata do Distrito do Porto, Marco António Costa. – **Fonte: PSD/Porto**

Rui Rio defende modificação da Lei das Finanças Locais

Financiamento deve vir de impostos

O presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, defende que só receitas resultantes de uma percentagem da totalidade dos impostos podem libertar as câmaras do “jugo” da construção civil, conforme diz em entrevista ao Diário Económico, publicada no fim de Março.

“Entendo que há um erro profundo na actual lei das finanças locais, que leva a que as receitas das câmaras estejam directamente dependentes da quantidade de construção”, observa o edil do Porto, na mesma entrevista.

O autarca explica que “quanto mais uma câmara deixar construir, maior é o seu orçamento, por via da contribuição autárquica (ou imposto municipal sobre transacções, IMT) e do imposto municipal sobre imóveis.”

“Os critérios pelos quais se rege o financiamento não devem estar indexados aos disparates urbanísticos”, diz Rui Rio, acrescentando que o financiamento das autarquias deve vir de quase todos os impostos.

O autarca dá como exemplo que também uma percentagem de impostos como o IVA, o IRC e o IRS podem reverter a favor das

câmaras, sendo que o restante financiamento deverá estar previsto no Orçamento de Estado.

“Com isto não estou ainda a dizer que as autarquias devem receber mais receita, estou apenas a referir que devem ser apuradas de forma diferente”, afirma.

Rui Rio fala também ao Diário Económico na criação de “taxas”, como por exemplo uma taxa municipal de dormidas, cobrada pelos hotéis da cidade aos seus hóspedes, algo semelhante ao que já se passa em Espanha.

O edil do Porto defende ainda que as câmaras deverão ver a sua capacidade de endividamento limitada, tendo, à semelhança das empresas, de cumprir um Plano Oficial de Contas.

Por último, o autarca aponta o dedo às dívidas da Administração Central para com as câmaras, e defende que esta deveria ser obrigada a pagar juros de mora.

É neste sentido que o presidente da Câmara do Porto propõe uma “reforma estrutural profunda”, e adianta ser necessário que todos os autarcas devam estar preparados para perder receita e aguentar a críticas que daí advierem. – **Fonte: Lusa**

Notícias da CPS de Braga

Os responsáveis bracarenses do PSD visitaram a freguesia de Lomar no quadro dos contactos com autarquias



A CPS de Braga, no seu ciclo de visitas de trabalho e contacto com pessoas e entidades, nas freguesias do Conselho, esteve recentemente em Lomar, freguesia limítrofe do centro urbano do Concelho, que se depara ainda com alguns problemas estruturais (a falta de habitação, a incompleta rede de saneamento, a falta de valências sociais), mas tem vindo a registar um inquestionável progresso sob a condução do executivo Social-Democrata, liderado por Manuel Dias.

Indiscutivelmente, uma das principais testemunhas deste progresso é a própria Câmara Municipal que, ao longo dos últimos anos, tem sido obrigada a dar sequência aos desafios e projectos avançados pela Junta de Freguesia.

Com uma população residente em contínuo crescimento, cujos 7000 habitantes ultrapassam já, por larga margem, os valores avançados pelo Censos 2001, a Junta de Freguesia tem vindo a desenvolver uma política de

incentivo ao recenseamento e norteado a sua actuação pela tentativa de harmonização do desenvolvimento da Freguesia, entre a Zona Norte, mais urbana, e a Zona Sul, predominantemente rural.

Neste momento, a Junta de Freguesia assume como principais prioridades, apoiar a criação de um Lar de 3ª Idade, objectivo tanto mais premente quanto existem mais de 400 residentes com 65 ou mais anos; alargamento da Ponte Nova, suprimindo o estrangulamento que aí se verifica ao fluxo abundante de tráfego existente na EN 309; reforço da sinalização, agora que esta vertente vai atingir um patamar satisfatório com a conclusão das Ruas do Muro e Capela e do Caminho Costa-Custóias. Ficará a faltar a variante que vai ligar o cemitério à Ponte Pedrinha, já incluída no Plano de Actividades; ligação do Saneamento a Ferreiros (obra promovida pela Agere), que permitirá uma cobertura de 90% da Freguesia, embora o avanço desta rede tenha encontrado dificuldades pela necessidade de articulação com privados para autorizar a colocação de colectores.

Ainda na lista de actividades prioritárias consta a celebração de um Protocolo com o Instituto Nacional de Habitação, para acesso aos Programas PER's e CDR's; obras no seu edifício-sede com vista a acomodar a instalação de um Posto de Saúde e Serviço de Apoio Domiciliário, realizado pelo Centro Cultural e Social da Freguesia (uma IPSS), em que os profissionais da Freguesia trabalharão em regime de voluntariado, e as várias actividades culturais, recreativas e de animação desenvolvidas.

No plano cultural, para lá do apoio às instituições, iniciativas e festividades da sociedade civil, a Junta de Lomar tem promovido cursos de Informática, Viola, Bordados e Danças de Salão para a população local, entre outros, estendendo-se à área desportiva, ao futebol de formação desenvolvido pelo Lomarense Ginásio Clube e

ainda a instalação de uma Piscina Coberta e de um Polidesportivo. Quanto ao Campo de Futebol, pretende-se deslocá-lo para uma zona com melhor acessibilidade.

Finalmente, no domínio da educação, a Junta tem vindo insistentemente a solicitar à Câmara a requalificação do Jardim-de-infância das Regadinhas, bem como da Escola Primária da Freguesia (com 8 salas de aulas para 180 alunos).

Este edifício centenário, tem vindo a ser dotado de várias importantes valências, como o ATL e o refeitório escolar, mas necessita de uma adaptação para este refeitório (que funciona no polivalente da Escola). Tais projectos estão a ser apreciados pelo Executivo Municipal.

A IPSS antes referida, em parceria com a Junta de Freguesia, assegura ainda a componente sócio educativa



de prolongamento de horário e alimentação das crianças do Jardim-de-infância, bem como a alimentação dos alunos da Escola Primária de Lomar. – Fonte: CPS de Braga

Da CPD de Setúbal

Universidade Aberta no Seixal Posto farmacêutico em Praias-Sado

O PSD de Setúbal tem-se batido pelos anseios das diversas freguesias periféricas, muitas vezes esquecidas pela Câmara. Uma destas, aparentemente pequenas, mas grandes necessidades para as populações locais, era a da instalação de um posto farmacêutico em Praias-Sado, que foi promessa feita pelo PSD numa visita de trabalho aquela zona ribeirinha do Sado.

Custou e demorou algum tempo, mas o PSD conseguiu que fosse cumprida. Todo o processo de abertura cumpriu os trâmites legais e os prazos na lei, realizou-se todo o cumprimento do processado no Código do Direito Administrativo.

Houve mais do que um concorrente à abertura do Posto Farmacêutico.

O júri para a apreciação final já está nomeado e o INFARMED informou-nos que durante esta semana procederá à reunião do citado júri para a decisão final.

As Praias do Sado vão finalmente ter o seu Posto

Farmacêutico, tal como o Governo e os partidos que o apoiam prometeram.

Universidade Aberta no Seixal

A Ministra da Ciência e do Ensino Superior visitou, no passado dia 30 os terrenos da antiga fábrica "Mundet" no Seixal, expressando claramente o empenho deste Governo na instalação, naquela zona, da Universidade Aberta no Seixal.

O conhecimento e a inovação, bem como as novas tecnologias de informação, são grandes apostas deste governo para esta legislatura e sendo já hoje o Distrito de Setúbal um dos motores dessa aposta estratégica, integrando unidades de ensino superior de excelência, como a Faculdade de Ciências e Tecnologia, o Instituto Piaget, a Universidade Moderna e o Instituto Politécnico de Setúbal, o Governo vai continuar a investir neste domínio, dando passos concretos na deslocalização do campus da Universidade Aberta para o Seixal, concelho

da margem sul da Área Metropolitana de Lisboa.

Assim, considerando:

1 - O impacto positivo que este equipamento trará para o concelho de Seixal, e para o Distrito de Setúbal;

2 - Que os pontos focais de desenvolvimento se situam no conhecimento e no desenvolvimento tecnológico;

3 -As implicações económicas que a animação social e cultural resultantes da instalação da Universidade Aberta no concelho do Seixal;

4 - A importância de uma melhor qualificação dos recursos humanos;

5 - Que nos últimos meses surgiram de diversos quadrantes atoardas que semearam a preocupação e a dúvida relativamente à viabilidade deste projecto, neste sentido, a Assembleia Distrital de Setúbal do PSD, congratula-se com a visita da Ministra e exprime a sua certeza da realização, em curto prazo, de mais esta iniciativa de sucesso para o Distrito. – Fonte: CPD de Setúbal

Convenção da «Coligação Açores»

Victor Cruz apela aos açorianos para que digam NÃO ao comodismo e SIM à audácia e à participação



A coligação PSD/CDS-PP nos Açores iniciou no sábado a pré-campanha para as eleições regionais de Outubro, com uma convenção que contou com a presença do Presidente Nacional do PSD e Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso.

A convenção da “Coligação Açores” decorreu na Praia da Vitória, ilha Terceira, sob o lema da “auscultação da sociedade açoriana sobre o futuro político que ela própria deseja para as ilhas”, tendo havido intervenções de 25 independentes especializados em várias áreas, algumas das mais de 400 individualidades independentes, muitas de grande prestígio no arquipélago, que aderiram aos objectivos da coligação.

No mesmo dia, Durão Barroso, que participou na convenção, anunciou em conferência de Imprensa o nome do candidato açoriano que estará em lugar elegível na lista da coligação para as eleições europeias de Junho.

Já no último Conselho Nacional do PSD, em Março, o líder do PSD/Açores, Vítor Cruz, tinha traçado o perfil do candidato açoriano, dizendo que será alguém “competente e mobilizador”.

Durante os trabalhos da “Convenção do Futuro”, os independentes que se aliaram à coligação, tiveram intervenções de grande qualidade, manifestando a sua vontade de ver o próximo Governo

Regional promover alterações legislativas na protecção ambiental, transparência nos apoios financeiros oficiais e desburocratização da administração pública.

Mais de 400 cidadãos sem filiação partidária, de várias ilhas, estão a contribuir, juntamente com militantes e quadros dos dois partidos, para a elaboração do Programa do Governo da “Coligação Açores” às eleições regionais de Outubro, entre eles Joel Neto (jornalista), Veríssimo Borges (presidente da Quercus/Açores), Pedro Bicudo (correspondente da RTP nos EUA), Bastos e Silva (administrador do grupo Bensaúde, o maior grupo hoteleiro açoriano), Lopes Araújo (ex-director da RTP/Açores e actual director da RTP-Internacional) e Paulo Mendes, caboverdiano líder de uma associação regional de imigrantes e outros gestores, jornalistas, escritores, professores, advogados, actores e dirigentes associativos.

Um dos primeiros independentes a intervir nos trabalhos da convenção, foi o biólogo João Pedro Barreiros, defendeu a criação “com urgência” de legislação que permita proteger os recursos marinhos costeiros, através da redução do esforço de pesca e da valorização do pescado nos mercados externos.

A economista Carla Bretão alertou para a necessidade de “regras transparentes” nos sistemas de incentivos financeiros, como forma de “gerar a confiança e segurança nos

investidores privados”.

Para o cardiologista Paisana Lopes, os Açores necessitam de unidades que permitam reduzir o número de casos de doenças cardíacas, uma vez que os serviços de urgência não possuem capacidade para um despiste mais continuado deste tipo de patologia. Paisana Lopes criticou, ainda, “o excesso de papéis e a desorganização existentes actualmente nos serviços de saúde, nomeadamente para a circulação de doentes entre as unidades regionais e do Continente”.

Invulgar adesão de independentes de grande qualidade

O presidente do PSD/Açores já tinha anunciado esta invulgar aderência de independentes de grande qualidade, que “colaboram activamente” na elaboração do programa do futuro Governo Regional. Segundo Victor Cruz, os diversos grupos de trabalho têm

Victor Cruz garantiu que não quer “ser dono dos Açores”, mas apenas “presidente de todos os açorianos”, considerando que, nesse sentido, o partido abriu-se totalmente à sociedade civil.

“Esta convenção”, sublinhou o dirigente regional, “foi um exercício de liberdade, um momento de reflexão sobre o futuro dos Açores, que vai permitir uma nova governação sem pressões políticas sobre nenhum açoriano, que não terá de fazer nada contrário daquilo que pensa”.

Victor Cruz propôs uma acção governativa de alianças entre o executivo regional, o governo da República, as autarquias, as instâncias comunitárias, os empresários, os sindicatos, as associações e a sociedade civil “num clima de diálogo e concertação”.

Dirigindo-se ao Presidente Nacional do PSD e Primeiro-Ministro, o líder regional preconizou uma relação “para a resolução e não para acriação de problemas, em que se encontrem soluções satisfatórias



mantido “reuniões muito aprofundadas”, nas quais “vão acertando consensos à volta de soluções” a apresentar ao eleitorado em Outubro.

Na fase final dos trabalhos da Convenção, o líder do PSD/Açores, Victor Cruz, apelou aos açorianos “para dizerem **NÃO!** ao comodismo e **SIM!** à audácia, negar o fatalismo, rasgar a indiferença e promover a participação com coragem, determinação, verdade e esperança”.

para os anseios dos açorianos”.

Victor Cruz criticou os “oito anos de governação socialista que falhou na alternância democrática que lhe foi concedida”, sendo por isso tempo de “mudar para renovar, desenvolver novas ideias e aplicar um novo modelo de desenvolvimento”.

Encerrou a Convenção o Presidente do PSD, Durão Barroso, manifestando a esperança de que a Comissão Europeia levante, já nesta quarta-feira, o processo sancionatório



Convenção a «Coligação Açores» (Conclusão)

Durão Barroso pensa que o futuro está ligado à centralidade oceânica e que este será o ano da viragem

a Portugal por incumprimento das regras do Pacto Estabilidade e Crescimento.

“A Comissão Europeia prepara-se para, quarta-feira, dois anos e um dia depois de termos assumido a condução do Governo, avaliar o caso português. Tenho esperança que seja levantado o processo sancionatório por incumprimento das regras do Pacto de Estabilidade e Cumprimento”, declarou líder do PSD e Primeiro-Ministro.

Durão Barroso abordou a situação económica do país, em particular as “dificuldades e sacrifícios” que foram impostas aos portugueses. “Ao ser levantado o processo sancionatório, Portugal voltará a ganhar a sua total credibilidade no exterior”, sublinhou, explicando que as políticas do Governo de coligação “começam agora a dar frutos”.

A situação económica de Portugal

A situação económica de Portugal foi uma das tónicas dominantes no discurso do Primeiro-Ministro, que garantiu que a linha política que está a ser seguida pelo executivo “não será abandonada”, manifestando ainda a convicção de que os portugueses “começarão, dentro de algum tempo, a sentir os seus efeitos”.

Os próximos actos eleitorais (europeias e regionais) foram também mencionados por Durão Barroso que, no primeiro caso, realçou a importância de a lista da coligação integrar, em lugar elegível, um candidato açoriano, Duarte Freitas., cujo nome foi assim apresentado pela primeira vez, mesmo antes de ser revelado o nome do cabeça de lista da coligação, a nível nacional.

Em relação às eleições regionais, o Presidente do PSD apelou ao voto na “Coligação Açores”, encabeçada pelo líder do PSD/Açores, Victor Cruz, questionando os açorianos sobre se pretendem alguém que “esteja de costas voltadas para o Governo da República” ao invés de uma situação em que “todos estão a remar para o mesmo lado”.

“Tenho a profunda convicção de que a coligação irá ganhar a confiança dos açorianos, permitindo aos Açores dar o grande salto para a frente, que tão necessário é para estas ilhas”, declarou o chefe de Governo, acrescentando que esta região autónoma “não pode dar-se ao luxo



de parar no tempo”.

Neste contexto, e enumerando algumas das dificuldades existentes no Açores, Durão Barroso prometeu criar condições para que os utentes do Serviço Regional de Saúde sejam equiparados aos do sistema nacional, explicando que, nesta matéria, “não podem haver cidadãos de primeira e cidadãos de segunda”.

De igual modo, Durão Barroso referiu estar a ser negociada a instalação de estações de rastreio de satélites com a Europa. “A minha ideia para os Açores é transformar esta região autónoma numa centralidade, ligada aos mares e oceanos”, disse ainda o Primeiro-Ministro, encerrando a sua intervenção com a promessa de que este ano será de “viragem” para Portugal e “decisivo” para os Açores.

Duarte Freitas é o candidato açoriano na lista da coligação às eleições europeias de Junho

Na conferência de Imprensa que acompanhou a Convenção, o Presidente Nacional social-democrata, fez o anúncio à comunicação social, confirmando que Duarte Freitas é o candidato açoriano na lista da coligação às eleições europeias de Junho.

“Contamos consigo para defender os interesses dos Açores. Foi escolhido devido à sua competência técnica e política”, explicou Durão Barroso na presença dos líderes dos partidos da coligação Victor Cruz e Alvarino Pinheiro.

O nome do candidato açoriano,

que aparece em lugar elegível na para o Parlamento Europeu, foi o primeiro e até agora o único a ser anunciado, situação que o líder social-democrata justificou como uma prova de “respeito pelas autonomias”.

Neste contexto, Durão Barroso recordou a promessa que fez na Jornadas Parlamentares do PSD, no ano passado, de que a Madeira e os Açores teriam, cada um, um candidato em lugar elegível na lista para as europeias.

“Quero, com isto mostrar o profundo respeito pelas autonomias. Não é por acaso que estou aqui a apresentar o candidato açoriano antes de o fazer com o cabeça-de-lista, que será apresentado ainda este mês”, disse o líder do PSD e Primeiro-Ministro.

Sublinhando a importância de o PSD ter no Parlamento Europeu uma pessoa dos Açores, para “melhor defender os interesses desta região”, Durão Barroso advertiu que os próximos desafios serão a defesa da agricultura e pescas, a ultra-periferia e os fundos estruturais para o período entre 2007 e 2013.

“Por isso, é importante que haja alguém que defenda com força, convicção e competência os interesses” da Região Autónoma dos Açores, afirmou, notando ser essencial “dar mais peso aos Açores” nas instituições europeias.

Durão Barroso lembrou ainda que Duarte Freitas - actual Vice-Presidente da bancada do PSD na Assembleia Legislativa Regional dos

Açores e presidente da Comissão Política da Ilha do Pico - irá suceder ao ex-eurodeputado Costa Neves.

“Costa Neves fez um excelente trabalho e só não continua no Parlamento Europeu porque o chamei para ser meu secretário de Estado dos Assuntos Europeus”, disse, sublinhando ser necessário ter em Estrasburgo “parlamentares brilhantes”.

Antes, tinha sido o líder do PSD/Açores, Victor Cruz, a tecer elogios a Duarte Freitas, classificando-o como “um filho da autonomia”, “inteligente”, “com capacidade e experiência”.

Aos jornalistas, Victor Cruz explicou ainda que a escolha de Duarte Freitas para ser o candidato açoriano na lista da coligação “Força Portugal” para as europeias foi feita em total concertação com o outro partido da coligação.

O líder do PSD/Açores fez também o elogio de Durão Barroso por ter prometido e cumprido, a colocação em lugar elegível na lista para as europeias, de um candidato açoriano, algo que “mais nenhum outro partido fez”.

“Destá forma, Durão Barroso dá uma clara prova de defesa das autonomias e de ser um autonomista convicto”, concluiu.

Finalmente, o próprio Duarte Freitas, considerou “fundamental” a representação dos Açores no Parlamento Europeu, de forma a assegurar-se um “conjunto de políticas e medidas que descrimem positivamente esta região”.

De acordo com o candidato açoriano, a defesa dos interesses dos Açores não deverá ser apenas “um mero slogan” nas campanhas regionais, mas sim “um trabalho constante”.

Sobre as europeias, Duarte Freitas sublinhou que estas eleições destinam-se a escolher os representantes dos interesses de Portugal e dos Açores na Europa, não devendo ser encaradas como “as primárias de nenhum acto eleitoral” ou como “um referendo a qualquer governação”.

Duarte Freitas, economista, de 37 anos, é natural da Ilha do Pico, sendo actualmente vice-presidente da bancada parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional dos Açores e presidente da Comissão Política do PSD da Ilha do Pico. –

Fonte: Lusa

A RTP tem nova casa

Excelentes condições de trabalho e uma administração exemplar, dão confiança para o futuro, afirmou Durão Barroso



No dia 3 de Abril o Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, inaugurou as novas instalações da RTP, que substituem as que se encontravam no edifício da “5 de Outubro”, e ainda alguns pólos de produção no “velho” Lumiar.

A nova casa da Televisão Pública tem excelentes condições de trabalho e é um dos exemplos da inovadora administração da empresa pública, que está a “dar a volta” à condição insustentável em que este Governo veio encontrar no audiovisual de serviço público do Estado.

O Primeiro-Ministro, recebido por toda a administração e o “staff” técnico da casa, mostrava-se visivelmente bem disposto e visitou pormenorizadamente as instalações.

Na ocasião, proferiu um discurso com a dupla valência da recapitulação do passado e da abertura ao futuro da instituição. Disse Durão Barroso:

«Exmos. senhores Ministros, Exma. administração da RTP, Exmos. Senhores convidados, minhas Senhoras e meus Senhores,

«Este é um momento marcante para uma empresa que constitui um verdadeiro símbolo nacional. É também para o Governo e para mim próprio uma ocasião muito especial.

«A inauguração de uma nova sede para a RTP marca a vitória de uma atitude colectiva. E no dia em que celebramos um novo ciclo na vida da empresa, devemos reflectir sobre o percurso que percorremos até esta data.

«Há dois anos atrás a RTP vivia uma situação pior ainda do que aquela que era conhecida.

«O sector do audiovisual era então caracterizado por uma total ausência de estratégia e de política.

«A RTP, uma das empresas que mais projecta o nome de Portugal, estava em situação de falência iminente e votada ao abandono, porque politicamente era um dossier difícil.

«Não tinha uma identidade e uma vocação definida, era encarada como um sorvedouro de dinheiros públicos, com custos de funcionamento

controlados e com empresas participadas deficitárias na sua órbita.

«O seu maior activo, os seus trabalhadores, estavam desmotivados e com receio do futuro.

«Existia um sentimento de que a empresa não era recuperável e que não havia nada a fazer. Houve mesmo responsáveis políticos [do anterior Governo] que chegaram a encarar a extinção da empresa.

«Mas o problema não se reduzia somente à questão da RTP. Encontramos também os diferentes intervenientes, deste sector, de costas voltadas, prejudicando-se mutuamente.

«A própria RTP concorria directamente no terreno nos operadores privados, gastando inutilmente dezenas de milhões de euros em vez de assumir claramente a sua vocação de serviço público.

«Todas as televisões, incluindo a RTP, tinham deixado de pagar a taxa de publicidade ao Instituto do Cinema, do Audiovisual e do Multimédia (ICAM), retendo verbas fundamentais para o desenvolvimento do audiovisual nacional.

«Encontrámos uma lei de televisão e um modelo de financiamento do sector público audiovisual, obsoletos, que não garantiam eficácia nem transparência.

«E uma lei de cinema que não envolvia as diferentes entidades, das televisões privadas a muitos produtores independentes, tornando esse sector excessivamente dependente dos fundos públicos.

«É por isso que todo o trabalho que foi feito nestes dois anos vai muito para além da reestruturação da RTP.

O Governo fixou objectivos e cumpriu-os escrupulosamente

«Se esta constitui o aspecto mais visível de uma

nova orientação para o audiovisual, a verdade é que, pela primeira vez, foi definida uma estratégia e fixada uma orientação para o sector. O Governo, através da acção competente e determinada do Sr. Ministro da Presidência, fixou objectivos e cumpriu-os escrupulosamente.

«Hoje existe, como sempre afirmámos, uma televisão pública com apenas um canal generalista e uma noção diferente da sua missão de serviço público.

«Também a RTP 2 foi reestruturada, dando lugar, na Dois, à sociedade civil.

«Estão a funcionar para todo o mundo duas antenas internacionais - RTP África e RTP Internacional - com conteúdos renovados e a avançar, na plataforma cabo, dois novos canais.

«Foram criadas as condições para a existência de um entendimento saudável e sustentado entre as televisões nacionais, permitindo ganhos para todas as estações, mas sobretudo, para todos os portugueses. O protocolo RTP-SIC-TVI é um óptimo exemplo da cooperação entre o sector público e o privado.

«Desenvolvemos um novo quadro jurídico para a televisão, com regras claras, novas obrigações para todos os operadores e um modelo de financiamento para a RTP e RDP, que evita o desperdício e promove a transparência.

«Estamos a criar bases sólidas de desenvolvimento do cinema nacional, envolvendo não só a televisão, mas também outros agentes, como os operadores de cabo.

«Finalmente, o Governo está empenhado no lançamento de uma nova entidade reguladora, talvez uma das peças mais decisivas neste processo, que agregará competências dispersas e que garantirá um exercício de prevenção e fiscalização claro e eficaz em todo o sector dos “média”.

«Minhas Senhoras e meus Senhores, na vida das pessoas, como na vida das empresas, ou dos países, só há uma maneira séria de enfrentar as dificuldades: definir uma estratégia, traçar objectivos e depois trabalhar.

«Não temos o hábito de atirar dinheiro para resolver os problemas ou, simplesmente, para ganhar tempo.

«Soubemos reformar a RTP contra o derrotismo, contra a descrença e contra os profetas da desgraça.

«Muitos pensavam que a RTP era intocável, que não havia nada a fazer. A verdade é que tivemos a coragem de enfrentar o problema e de apresentar soluções concretas para o resolver.

«Hoje, graças aos trabalhadores desta casa, juntamente com um Conselho de Administração competente, reformista nos conceitos e determinado na acção, a Rádio e Televisão de Portugal surge, mais uma vez, como uma referência no panorama do audiovisual nacional.

«Sei que esta casa, esta marca, é hoje outra vez uma das mais respeitadas pelos portugueses.

«A RTP tem hoje uma situação financeira que lhe permite encarar o futuro com optimismo. Esta empresa constitui a prova clara de que é possível fazer-se melhor em televisão e em rádio gastando menos, e gastando sobretudo melhor.

«Em apenas dois anos, o custo de



RTP tem nova casa (Conclusão)

«Pela primeira vez foi definida uma orientação estratégica, fixados objectivos e cumpridos, sob a tutela do Ministro da Presidência»

funcionamento anual desta empresa foi reduzido em 125 milhões de euros.

«Se esta poupança já é, só por si, notável, mais significativa se torna quando todos sabem que as audiências da televisão pública cresceram.

«Aliás, as audiências da RTP foram as que mais subiram nos últimos dois anos.

«A RTP e RDP são hoje vistas, pela sua vertente estratégica na propagação da língua portuguesa e pela estreita relação que têm com os nossos emigrantes, como plataformas importantes de afirmação de Portugal no Mundo.

«Eu acredito na capacidade dos portugueses»

«Registo, com satisfação, o esforço feito na reorientação das antenas internacionais destes dois operadores que permitiu aumentar a programação própria e aumentar também o peso da programação em directo.

«Esta reorientação de programação e conceito procura também uma colaboração mais estreita com as instituições locais aproveitando o potencial existente nos países lusófonos, e assumindo produções como uma via efectiva de cooperação.

«Mas queremos ir mais além. O sector do audiovisual é um dos mais dinâmicos sectores da economia e obriga-nos, por isso, a olhar para o futuro.

«Estamos activamente empenhados em aproveitar todas as plataformas, as existentes e as que vêm aí, como é o caso da televisão digital terrestre ou da banda larga para telemóveis.

«Minhas Senhores e meus Senhores, estamos



no início de uma nova era para a Rádio e Televisão de Portugal. Um novo tempo que acompanha o do próprio País.

«A RTP é um exemplo concreto da atitude que devemos ter - ou enfrentamos os problemas ou pagamos colectivamente o preço da inércia, da cultura do deixa andar.

«Só com trabalho, só com muito trabalho, de todos: governantes, administradores e trabalhadores, é que Portugal poderá voltar a ser

um País com um índice desenvolvimento que todos merecemos.

«A situação actual da Rádio e Televisão de Portugal mostra, mais uma vez, que os portugueses são capazes de se mobilizarem contra as adversidades.

«Eu acredito na capacidade dos portugueses.

«Lembro que vamos iniciar as comemorações dos 30 anos do 25 de Abril.

«Pretendemos mostrar, a todas as gerações, que nas últimas três décadas, o país passou por um dos ciclos de maior desenvolvimento na sua história, a todos os níveis notável.

«Portugal é hoje um país onde vale a pena viver.

«Lembro, também, que daqui a menos de dois meses vamos ter em Portugal a organização do maior acontecimento desportivo da Europa.

«Vamos partilhar com a Europa e com o mundo, através de quem nos visita e com o esforço e o empenho da RTP, que Portugal sabe receber, com alegria, mas com orgulho e segurança.

«Estamos todos de parabéns. Temos razões para sentir que depois dos sacrifícios que temos feito, podemos, de forma gradual, começar a colher os frutos de uma nova era de esperança e prosperidade.

«Mas mesmo a época de colheita é feita de trabalho, de concentração e de determinação. Este é o único caminho para Portugal chegar à modernidade.

«Para todos os colaboradores da Rádio e Televisão de Portugal e para o seu Conselho de Administração vai a última palavra: parabéns.

«Conseguiram, não só salvar a RTP, como abrir uma nova página que irá marcar o seu futuro para as próximas décadas.

«Que esta nova sede, que significa o renascer de um espírito ganhador, vos traga tudo o que merecem. E merecem muito.

«Os portugueses contam convosco.

«Muito obrigado.»



Governo disponível para analisar novo modelo de financiamento no âmbito da Lei das Finanças Locais



O XIV Congresso da Associação Nacional de Municípios (ANMP), desenrolou-se no passado fim-de-semana, no Tecnopolo do Funchal, com a abertura dos trabalhos presidida pelo Primeiro-Ministro, Durão Barroso e o encerramento feito por Mota Amaral, Presidente da Assembleia da República.

Participaram quase mil delegados em representação de mais de 200 municípios e marcaram também presença representantes dos poderes locais de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, Timor, S. Tomé e Príncipe, com os quais os municípios portugueses vêm desenvolvendo acções de cooperação descentralizada, assim como representantes de associações congéneres da ANMP, provenientes de diversos países da União Europeia e do Conselho da Europa.

Previa-se que as questões ligadas ao financiamento do poder local seria um dos temas mais destacados e esperava-se que os municípios pedissem ao poder central uma compensação adequada pela perda de receitas com a reforma da tributação do património.

O reforço da capacidade financeira das autarquias é um assunto também se esperava que merecesse especial atenção na reunião magna dos municípios. Outros temas em debate deveriam ser – e foram – a autonomia, planeamento e gestão do território, turismo e protecção civil.

Há dias, o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, defendeu o reforço das receitas dos municípios através da participação no IVA, IRS e IRC, em detrimento da exclusividade nas

tradicionais receitas (a antiga Sisa e Contribuição Autárquica: veja referência neste número, pag. 10)

A presença do primeiro-ministro no Congresso da ANMP veio trazer ao debate o problema da cooperação internacional, especialmente com os países africanos de língua oficial portuguesa.

Na semana passada, a Associação de Municípios Portugueses tinha manifestado o desejo de receber mais apoios para a cooperação com estes países, pois – afirmaram – a ajuda que existe é feita praticamente com recursos próprios, que não são geralmente suficientes.

O Governo considera que atribui “a maior importância” à cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa, e sublinhou que está à procura do melhor modelo para a dinamizar, contando para isso com a acção dos municípios.

Falando na abertura do Congresso, indo ao encontro do desejo das autarquias, o Primeiro-Ministro anunciou que o Governo está disponível para analisar um novo modelo de financiamento para as autarquias no âmbito da revisão da Lei das Finanças Locais.

“O Governo está disponível para analisar com as autarquias um novo modelo de financiamento”, disse Durão Barroso, revelando que uma equipa de especialistas, liderada pelo professor António Nogueira Leite vai iniciar, em conjunto com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) a revisão da Lei das Finanças Locais.

“A transferência da competência de cobrar e liquidar impostos, a emissão

de Obrigações Municipais e a Lei-quadro das Parcerias Público-Privadas são algumas das novas opções a analisar e propor por esta equipa”, disse.

De acordo com o Primeiro-Ministro, as Obrigações Municipais poderão ser utilizadas para “financiar projectos de investimento de longo prazo em áreas como escolas, habitação social, estradas, transportes públicos e controlo de poluição, pólos industriais, hospitais, sistemas de abastecimento de água/energia e de recolha e tratamento de resíduos”.

Durão Barroso anunciou ainda que se encontra em fase final de preparação um protocolo entre a ANMP e o Ministério da Educação, com vista ao ordenamento e racionalização da rede de ofertas educativas “em que o Governo procurará garantir a afectação de algumas verbas comunitárias da reavaliação em curso do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III)”.

A revisão do QCA III permitirá ainda, sustentou, canalizar novos recursos financeiros na ordem dos 500 milhões de euros para o desenvolvimento regional, designadamente para saneamento básico e escolas básicas.

O Governo conta ainda estabelecer

a gestão das áreas balneares para os municípios.

Durão Barroso destacou que a reformulação dos programas PITER (Programas Integrados Turísticos Estruturantes e de Base Regional) e PIQTUR (Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo) permitiu homologar um volume de apoio a investimentos de natureza pública, que directa ou indirectamente implicam os municípios, que ascende a um valor global que ronda os 23 milhões de euros e que alavanca um investimento global de mais de 113 milhões de euros.

Disse ainda ser “firme e inabalável” o propósito do Governo de transferir novas competências e meios para as grandes áreas metropolitanas, comunidades urbanas e comunidades intermunicipais.

“Portugal só será verdadeiramente desenvolvido quando se afastar de qualquer modelo de centralismo burocrático e aceitar que as autarquias são, por excelência, a expressão de uma Administração cada vez mais próxima dos cidadãos”, disse o primeiro-ministro.

No discurso de encerramento do Congresso, o presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, a



parcerias com as autarquias para a criação de programas de ensino de língua portuguesa a estrangeiros e de iniciação à prática desportiva.

Durão Barroso salientou ainda os contratos-programa com as autarquias para a construção de centros e extensões de saúde, bem como a nova legislação sobre o termalismo e a intenção do Governo de transferir progressivamente

propósito da celebração do trigésimo aniversário do 25 de Abril, afirmou que “impõe-se proclamar, sem reboço, que o poder local democrático é uma das maiores conquistas derivadas da Revolução”. Trata-se afinal, justificou, de “aplicar os seus princípios democráticos à organização administrativa do país”. – **Fonte e fotos: Lusa**



CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Coruche, para reunir no dia 16 de Abril de 2004, pelas 20h00, na sede do PSD, Rua dos Guerreiros, nº47- 1º, com a seguinte
Ordem de Trabalhos

- 1-Análise da situação Político-partidária;
- 2-Outros assuntos.

DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo do disposto no Artigo 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Guarda, para reunir no dia 10 de Maio, segunda-feira, pelas 20h30, na Casa do Povo de Pinhel, com a seguinte
Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da Situação Política;
3. Discussão e votação da mOção a apresentar no XXV Congresso Nacional do Partido Social Democrata.

DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD Porto, para reunir em Sessão Plenária dia 27 de Abril de 2004, terça-feira, pelas 21h30, no Auditório do Centro Social Padre Ramos, sito ao Largo Dr. Fernandp Aroso, Lavra, Matosinhos, com a seguinte
Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

DISTRITAL DE VISEU

Nos termos dos artigos 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu, para uma reunião ordinária, no próximo dia 30 de Abril de 2004 (sexta-feira) pelas 21h00, no Salão Nobre da Assembleia Municipal(Solar dos Peixotos), em Viseu, com a seguinte
Ordem de Trabalhos

1. Análise da Situação Política;
2. Preparação do XXV Congresso do PSD

NÚCLEO DE ALCABIDECHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Alcabideche, para reunir no dia 20 de Abril de 2004, pelas 21h00, na sede no Largo da Estação, nº4- 1º em Cascais, com a seguinte
Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação da situação financeira;
3. Sede para o Núcleo de Alcabideche.

NÚCLEO DE S. DOMINGOS DE RANA

Ao abrigo do artigo 59º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. Domingos de Rana, para reunir em sessão ordinária no dia 23 de Abril de 2004, pelas 21h30, com a seguinte
Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política actual.

Nota: A presente convocatória altera a data da Assembleia convocada para o 9 de Abril de Abril de 2004.



I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD DE 2004

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos convoca-se o I Conselho Nacional Ordinário de 2004 para reunir no dia 18 de Abril, na Sede Distrital do PSD de Leiria sita na Avenida José Jardim nº32, em Leiria, pelas 15.00, com a seguinte
Ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Relatório e Contas de 2003
3. Discussão e votação de regulamentos
4. Rateio de delegados da JSD ao XXV Congresso Nacional do PSD
5. Eleições Europeias
6. Análise da situação política



ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/BEJA

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo dia 30 de Abril, sexta-feira, entre as 19H00 e as 21H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na Praça da República, em Beja, com a seguinte:
Ordem de Trabalhos

Ponto Único :Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 23 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/FARO

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD do Porto, para reunir no próximo dia 30 de Abril, sexta-feira, entre as 21H00 e as 23H00, com Mesa de Voto nos locais abaixo indicados e com a seguinte:
Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

Mesas de Voto
Faro - Sede Distrital PSD – Rua Projectada à Rua São Luís nº 1
Olhão - Sede Concelhia PSD – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro Lt D nº 23 R/C Dtº

As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 23 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

Todas as candidaturas relativas aos actos eleitorais previstos na presente Convocatória deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Serem apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome e número de militante de cada candidato;
- b) Serem propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;
- c) Serem acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.

Nenhum militante pode aceitar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

A Mesa da Assembleia tem 24 horas para informar o primeiro subscritor de cada lista, ou quem o substitua, de qualquer irregularidade verificada na lista de candidatos, que terá de ser sanada nas 24 horas seguintes.

Para que uma lista se considere completa, deverá estar de acordo com o estipulado nos estatutos (artº 16º, nº 5), sendo que em nenhuma circunstância o número de suplentes poderá exceder o de efectivos.

Nenhum candidato poderá subscriver, na qualidade de proponente, a sua própria candidatura.

ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/GUARDA

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD da Guarda, para reunir no próximo dia 30 de Abril, sexta-feira, entre as 18H00 e as 20H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Infante D. Henrique nº 59 – 2º, Guarda, com a seguinte:
Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 23 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/

VIANA DO CASTELO

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD do Porto, para reunir no próximo dia 06 de Maio, quinta-feira, entre as 19H00 e as 21H00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na Praça da Galiza, Viana do Castelo, com a seguinte:
Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 29 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

TSD / PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do regulamento dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital para reunir no dia 12 de Abril pelas 21H00, na sede distrital do PSD/Porto, com a seguinte
Ordem de trabalhos.

1. Informações
2. Aprovação das contas de 2003

Distrital TSD/Coimbra

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Coimbra, para reunir no próximo dia 6 de Maio, quinta-feira, entre as 19H00 e as 22H00, com mesas de voto na Sede Distrital do PSD, sita na R. Combatentes Grande Guerra, nº23 e na Sede Concelhia da Figueira da Foz, sita na Rua da Liberdade, nº6, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

Nota: As listas devem ser entregues até às 22H00 do dia 29 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

Distrital TSD/Porto

Ao abrigo dos Estatutos e dos Regulamentos, convoca-se a Assembleia Distrital para a eleição dos delegados ao XXV Congresso do PSD.

A eleição terá lugar na Sede Distrital do PSD/Porto, sita à Rua Guerra Junqueiro, 64, das 18H00 às 21H00, do dia 16 de Abril de 2004, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos delegados dos TSD ao XXV Congresso do PSD

Distrital TSD - Faro

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais dos TSD e dos Regulamentos, convoca-se a Assembleia Distrital para eleição dos delegados ao XXV Congresso do PSD.

A eleição terá lugar dia 16 de Abril de 2004, na Sede Distrital do PSD/Faro e na Sede do PSD Olhão, Avª Dr. Francisco Sá Carneiro, nº23-r/c-Dto, entre as 21H00 e as 23H00.



PE aprova grande pacote sobre política comum das pescas

Joaquim Piscarreta apoia mas critica



O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, um conjunto de relatórios sobre a política comum das pescas.

O Deputado do PSD Joaquim Piscarreta apoiou, na generalidade, este conjunto de relatórios e apresentou várias críticas e sugestões.

Contribuição Financeira para os Controlos da pesca

Sublinhando que “a pesca ilegal, ilícita e não declarada é uma realidade diária em Portugal”, Joaquim Piscarreta manifestou preocupação com “a falta de eficácia dos controlos da pesca”.

O Deputado considera que a proposta aprovada pelo Parlamento “permite aos Estados Membros solicitarem uma participação comunitária no financiamento de certos projectos que visam melhorar o controlo das actividades de pesca. É apenas mais uma pedra para o edifício de uma política da pesca sustentável, acrescentou”.

Nesse contexto, Joaquim Piscarreta apoiou a “instauração de um intercâmbio transfronteiriço de informações por constituir um instrumento simples e útil para impor em toda a União Europeia sanções que sejam eficazes, proporcionadas e sobretudo dissuasivas. Acresce que a diversidade de sanções aplicadas na UE para as mesmas infracções é também altamente preocupante.

O problema apresenta uma gravidade acrescida dada a inexistência de indicadores de avaliação dos controlos realizados. A UE não dispõe de facto de qualquer informação sobre o número de inspecções e de infracções detectadas, os processos abertos por incumprimento, etc”.

Joaquim Piscarreta considerou que “os controlos não devem só ser feitos a bordo dos navios, mas também em terra e que convém reforçar os incentivos comunitários para a aquisição do equipamento pesado de controlo das pescas por parte dos Estados Membros”.

Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura Europeia

Sobre a estratégia para o desenvolvimento sustentável da aquicultura europeia, no âmbito da reforma da Política Comum da Pesca (PCP) em curso, Joaquim Piscarreta considerou que, “teoricamente, os objectivos perseguidos pela Comissão Europeia são de louvar: a protecção do ambiente, a criação de empregos a longo prazo (em regiões dependentes da pesca e onde não existe alternativa), a certificação dos consumidores sobre a segurança dos produtos, assim como a promoção da investigação.

Porém, na prática, acrescentou, esta matéria é da máxima importância por lidar com as modalidades e condições das ajudas comunitárias ao sector da aquicultura.

A concessão de ajudas aos conculcutores no caso de suspensão da colheita por causa de algas tóxicas merece o meu apoio. No entanto, a Comissão Europeia nega essa ajuda em caso de contaminações repetitivas, estabelecendo assim uma discriminação injustificável entre os produtores”.

Joaquim Piscarreta rejeitou ainda que, “em período de forte comercialização, a duração mínima de suspensão da colheita seja de 6 meses para ser elegível às ajudas”, por considerar ser uma duração demasiado longa e lamentou que “as organizações profissionais representativas sejam excluídas dos trabalhos realizados no âmbito da investigação aplicada ao sector”.

Criação de Conselhos Consultivos Regionais

Considerando de novo “que os pescadores e armadores deveriam desempenhar um papel mais importante na reforma da Política Comum das Pescas (PCP), sobretudo quando se estabelecem planos de recuperação de espécies através de proibições e limitações do esforço de pesca”, Joaquim Piscarreta considerou “utópico

querer impor medidas eficazes de conservação dos recursos sem consultar os principais interessados, por serem precisamente os que são mais afectados, no seu quotidiano, pelas decisões e políticas relativas à gestão das pescas.

É precisamente este o objectivo desta iniciativa ao criar Conselhos Consultivos Regionais (CCR). Mas se a sua criação reúne consenso, já a composição e financiamento dos CCR origina divergências. Considero que sem orçamento proporcionado, esta medida perde todo o sentido e sem uma representação maioritária da indústria pesqueira nos CCR, os principais interessados vêm os seus direitos defraudados”.

Para Joaquim Piscarreta, “só no final de um período de transição é que a composição e o funcionamento dos CCR deverão ser reavaliados. Caso a experiência venha a comprovar a eficácia destes órgãos, deverá em consequência ser atribuído um papel significativo na gestão dos recursos haliéuticos. Finalmente, discordo, acrescentou o Deputado social democrata, da repartição geográfica das CCR proposta pela Comissão Europeia ao dividir o espaço da UE em apenas 5 zonas. As águas portuguesas, do continente e das ilhas, ficam assim integradas na zona águas do sudoeste”.

População de Peixes Migradores no Oceano Pacífico

Joaquim Piscarreta deu o seu total apoio à posição do Parlamento Europeu sobre a iniciativa relativa às populações de peixes migradores no Oceano Pacífico Ocidental e Central uma vez que se “trata de dar luz verde à União Europeia para a aprovação da Convenção sobre a conservação e a gestão das populações de peixes grandes migradores no Oceano Pacífico Ocidental e Central. Esta Convenção insere-se nos objectivos da política de conservação e gestão sustentável dos recursos, seguidos e promovidos pela UE.

A zona do Pacífico Ocidental e Central representa 60% dos recursos mundiais do atum, de especial interesse para os atuneiros e palangreiros comunitários.

Para reforçar a sua capacidade de frota e os recursos disponíveis, a União Europeia celebrou vários acordos bilaterais com Estados costeiros desse Oceano tendo assim acesso a novas zonas económicas

exclusivas.

Através da celebração desta Convenção, a União Europeia passa a participar activamente nas Organizações Regionais de Pesca (ORP), o instrumento multilateral mais apropriado para assegurar eficazmente a conservação e a gestão dos recursos piscatórios, assim como para a luta contra a pesca ilícita”.

Joaquim Piscarreta instou ainda a União Europeia “a tornar-se membro de todas as ORP existentes, nas quais o sector europeu tenha interesses legítimos, de forma a promover uma pesca responsável e a defender os interesses do sector das pescas”.

Acordo de Pesca com a Guiné-Bissau

O Deputado social democrata apoiou, também as modificações do Acordo de pescas com a Guiné Bissau.

Joaquim Piscarreta salientou que “as águas da Guiné-Bissau, tradicionalmente abundantes em peixes e crustáceos, foram vítimas de uma sobre-exploração dos recursos. Acresce, sublinhou, que devido à sua instabilidade política, a corrupção e a ausência de medidas de controlo têm sido o dia a dia dos pescadores”.

Para Joaquim Piscarreta, “além de prolongar o Acordo vigente até 2006, trata-se sobretudo de alterações que visam a redução do esforço de pesca por parte de frotas essencialmente não-comunitárias, uma melhor utilização das verbas comunitárias, assim como o reforço das medidas de controlo. Com estas alterações, as autoridades da Guiné-Bissau vão finalmente poder modernizar o sector das pescas de forma a melhorar a vigilância e o patrulhamento do mar e pôr assim termo à sobre-exploração dos recursos haliéuticos”.

Joaquim Piscarreta reclamou mais informação sobre a forma como este acordo bilateral está a ser gerido, de maneira a ser realizada uma avaliação geral e afirmou esperar que “este Acordo de pescas seja um modesto contributo para a melhoria da situação económica e política da República da Guiné-Bissau. O Parlamento Europeu dá assim um sinal positivo para apoiar os esforços das autoridades de Guiné-Bissau em normalizar a situação do país”.

Tráfico de crianças é imoral e repugnante

O Deputado do PSD Carlos Coelho afirmou, em Estrasburgo, que “o tráfico de seres humanos é uma das expressões mais revoltantes da emergente criminalidade internacional. E, pela sua especificidade, o tráfico de crianças é algo que nos revolta ainda mais. O tráfico de crianças para extracção de órgãos é a expressão mais abominável deste comércio imoral e repugnante”.

Para Carlos Coelho, sob o ponto de vista ético, é-lhe “completamente indiferente discutir as razões que motivam estas actividades criminosas, seja a prática da feitiçaria, o comércio de órgãos ou outro qualquer. Há seres humanos que precisam do nosso apoio e da nossa protecção que, ou ficam amputados de órgãos fundamentais ou que acabam, nesse processo, por perder a própria vida”.

Carlos Coelho, no debate no Plenário do Parlamento Europeu, referiu os dados vindos a público recentemente que denunciam a prática reiterada desses actos criminosos em Moçambique. “O facto não pode deixar de nos preocupar, afirmou Carlos Coelho. À sensibilidade humana do drama junta-se a proximidade linguística e os laços culturais”.

O Deputado social-democrata congratulou-se com a realização deste debate e pelo que ontem teve lugar no Parlamento português por iniciativa da Sra. Deputada Teresa



Morais, bem como por o Primeiro-ministro português Dr. Durão Barroso ter colocado a questão ao Presidente Moçambicano na visita oficial que está a realizar a esse País.

Na sua intervenção, o Deputado Carlos Coelho referiu ainda três pontos:

“Temos de combater este crime seja onde for que ele ocorra

Não creio que haja sobre esta matéria outra opinião. O tráfico de pessoas e em especial de crianças para a extracção de órgãos é um comércio horrroso que tem de ser combatido.

E é uma das expressões da criminalidade internacional emergentes. Todos os especialistas estão de acordo: A maior parte das redes organizadas são internacionais. Estes, como outros tipos de crimes, ultrapassam as fronteiras de cada Estado nacional. Se queremos, com eficácia,

combater o crime, identificar os criminosos e proteger as vítimas precisamos de reforçada cooperação internacional. Isso leva-nos ao segundo ponto.

Não há que ter complexos sobre o grau do nosso desenvolvimento

Já vi escrito que a relutância de alguns países em reconhecer que existe este tipo de criminalidade no seu território tem a ver com o preconceito de que ele apenas subsiste em países subdesenvolvidos. Ora a verdade é que este tipo de actividade horrenda ocorre em todo lado porque tanto é crime comprar como é crime vender órgãos humanos e porque cada vez mais não há fronteiras para o mundo do crime.

A 23 de Outubro do ano passado apreciamos nesta casa uma proposta de Decisão-quadro que visava promover a luta contra o tráfico de órgãos e tecidos humanos.

Na altura manifestei a nossa preocupação com a emergência deste fenómeno e referi o chocante número de raptos existente no Brasil e na Guatemala. Exprimi, na circunstância, a preocupação de, com o próximo alargamento, se tornar ainda mais urgente uma acção a nível europeu, pois existe um risco potencial de se abrirem rotas comerciais lucrativas (e referi-me às alarmantes notícias que vinham na altura de países candidatos e designadamente da Hungria e da República Checa).

Apelei para uma abordagem comunitária integrada e para a harmonização da definição tanto das infracções associadas ao tráfico de órgãos e tecidos humanos, como das sanções correspondentes, introduzindo um elemento de extraterritorialidade, de modo a evitar que se procure adquirir órgãos, de forma ilegal, fora do território da União.

Não há que recluir a ajuda

Temos pois o imperativo de ajudar. Fazê-lo em nome de causas humanitárias que subscrevemos. Mas fazê-lo também no interesse que tem de ser comum de pôr termo a este negócio ignóbil e de desmantelar as redes internacionais existentes.

E por isso dizemos de forma clara à Comissão e ao Conselho que temos a obrigação de ajudar. Registamos a declaração do Comissário Nielson que afirmou em 19 de Março de 2004 nesta casa que manifestámos ao Procurador-geral da República Moçambicano a nossa disposição para colaborar. O Comissário declarou na altura que até agora essa colaboração não foi reclamada pelas autoridades moçambicanas e por isso queremos dizer aos governos e às autoridades judiciais e policiais dos Estados envolvidos que não há que recluir a ajuda internacional para combater estes crimes. Ao fazê-lo não nos diminuimos, antes reforçamos instrumentos e meios para lutar contra um mal comum”.

Carlos Coelho defende mandado europeu de obtenção de provas

O Deputado social-democrata Carlos Coelho apoiou no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, uma proposta de Decisão-Quadro sobre o Mandado Europeu de obtenção de provas por considerar que “é um passo em frente no sentido de se estabelecer um sistema de cooperação judiciária e policial, necessário para a realização do espaço de liberdade, segurança e justiça, sem fronteiras internas”.

Carlos Coelho afirmou que “esta Decisão-Quadro pretende substituir-se à mera cooperação judicial em matéria penal, implementando o princípio do reconhecimento mútuo. Deverá, assim, permitir uma cooperação mais rápida e eficaz e, ao mesmo tempo, tornar o mandado de captura europeu mais efectivo.

Possibilita, deste modo, a emissão de um mandado europeu de obtenção de provas, que será uma decisão judicial emitida num Estado Membro e passível de ser executada no território de outros Estados Membros, e que visa, especificamente, a obtenção de objectos, documentos ou dados a fim de serem utilizados no âmbito de procedimentos penais; no entanto, só

pode ser utilizado para obter elementos de prova já directamente disponíveis no Estado de execução”.

Para Carlos Coelho, porém, “medidas como o mandado de detenção europeu e o mandado de obtenção de provas só serão eficazes quando aplicadas por todos os Estados Membros. Por essa razão, acrescentou, é de lamentar que a Decisão-Quadro relativa ao mandado de captura europeu, que deveria ter sido implementada em toda a União Europeia até ao dia 1 de Janeiro deste ano, não o tenha sido feito, em que apenas 8 Estados Membros o fizeram”.

Carlos Coelho congratulou-se pelo facto dos líderes dos 25 Estados Membros, no último Conselho Europeu, “terem fixado um prazo até Junho para a implementação das medidas de combate ao terrorismo já aprovadas, onde se enquadra o mandado de captura europeu. A este respeito, espero que seja desta vez que, finalmente, as medidas delineadas pela Comissão, na sequência do 11 de Setembro 2001, sejam transpostas e implementadas. Tudo depende da vontade política e essa parece haver!”.

CPD/Porto discutiu Educação

O Deputado do PSD Fernando Charrua, da Comissão Parlamentar de Educação, foi o orador convidado num debate sobre a “Lei de Bases da Educação” levado a efeito pela Comissão Política Distrital da JSD/Porto e pela sua Coordenadora do Básico e Secundário.

A iniciativa decorreu na Escola Secundária Fontes Pereira de Melo, no passado sábado, tendo reunido cerca de 50 militantes e simpatizantes, na sua maioria estudantes do secundário.

A conferência teve a duração de duas horas e meia, com variadíssimas intervenções e perguntas da assistência.



Famalicão debateu futuro da UE:

Painel internacional contou com o Presidente da JSD



Decorreu no passado sábado, em Vila Nova de Famalicão, o colóquio “União Europeia - Que Futuro?”.

Este debate promovido pela JSD local contou com intervenções de Michael Daumer (Fundação Konrad Adenauer), Christian Kremer (Secretário-Geral Adjunto do PPE), Michael Gahler (Eurodeputado), Prof. Nazaré Pereira (Deputado AR) e Jorge Nuno Sá (Presidente da JSD).

Também presentes estiveram Mário Passos (líder do PSD/Famalicão), Armindo Costa (Presidente da Câmara Municipal), André Coelho Lima, representando a CPD/JSD/Braga.

A iniciativa que girou em torno das questões mais actuais da Europa de hoje, como sejam a participação dos jovens na vida política da UE. Foi unânime a exortação aos partidos nacionais a apostarem mais fortemente na colocação de jovens nas listas candidatas, forma também de motivar e mobilizar a juventude para as eleições europeias. O papel do YEPP foi igualmente mencionado, como organização capaz de preparar e formar quadros para a Europa.

De uma forma global, “todos os oradores transmitiram uma ideia positiva da União Europeia, como união política capaz de promover o desenvolvimento, abatimento de assimetrias, manutenção da paz democrática, crescimento, igualdade social, justiça, cooperação e inter-ajuda, entre os países membros”, segundo as conclusões do debate feitas pelo moderador, Hugo Mesquita, líder da JSD/Famalicão.

JSD/Odivelas congratula-se com expansão do Metropolitano de Lisboa

Saudando a chegada do Metropolitano à sua localidade, a Comissão Política da JSD odivelense teceu duras críticas à gestão socialista no concelho, pela total ausência de planeamento nesta matéria.

Em comunicado, a Secção critica o insuficiente trabalho desenvolvido pela autarquia, que não soube adequar Odivelas a esta nova potencialidade. Os dirigentes locais não poupam falhas como os problemas de trânsito, estacionamento, pouca informação dada aos municípios, entre outros ataques.

No entender dos JSD, compete à CM de Odivelas minorar alguns dos normais impactos negativos de obras desta grandeza, aguardando a população rápidas e eficazes medidas do executivo.

O Comunicado poderá brevemente ser consultado em www.jsd.pt

JSD/Águeda assinala Dia do Estudante e Dia da Árvore



A Comissão Política da JSD/Águeda mobilizou-se para marcar duas datas que pontuam temas fundamentais para a Juventude Social Democrata: Educação e Ambiente.

Assim, nos passados dias 21 de Março e 24 de Abril, os Dias da Árvore e do Estudante foram assinalados pelos dirigentes locais.

Como forma de incentivar a reflorestação, a CPS promoveu a distribuição de várias sementes de pinheiro bravo, como ponto de partida para fazer ressurgir os pulmões verdes da região.

CPN e CPD's reuniram em Portalegre: Na agenda estiveram as próximas europeias



particular incidência sobre a coligação, as europeias, actuação do Governo e próximos actos eleitorais.

Algumas questões mais práticas, ligadas ao funcionamento das diversas secretarias-gerais distritais, (convocatórias, estatutos, regulamentos, etc) também foram incluídas nos trabalhos.

No final teve lugar um jantar de confraternização.

Com o intuito de promover um encontro entre a Comissão Política Nacional e as Comissões Políticas Distritais, Portalegre foi a anfitriã de mais uma reunião de trabalho com as europeias em pano de fundo.

O principal ponto de discussão foi o sufrágio que os Estados-Membros da União Europeia enfrentarão no próximo dia 13 de Junho. A CPN deu a conhecer a sua estratégia a implementar no terreno, organizada numa estrutura estratificada de directores de campanha. Assim, a nível nacional, distrital e concelhio haverá um responsável pela organização das várias tarefas que competirão à JSD. Tarefas em que os nossos dirigentes e militantes têm longa prática.

De igual modo, foi dado a conhecer o plano de actividades da CPN para as próximas semanas, tendo sido agendas algumas iniciativas e ultimados os pormenores de outras.

Os inúmeros representantes das distritais, no longo debate gerado, expuseram as suas posições acerca dos temas da actualidade nacional, com

Gonçalo Capitão debate “Poder dos média da sociedade política”



A JSD Alagés/Carnaxide realizou a 3 de Abril (Sábado) uma conferência sobre a influência da comunicação social na actividade política, tendo sido orador o Deputado da JSD Gonçalo Capitão, Vice-Presidente da Bancada Parlamentar do PSD.

O debate será no Bar do Ténis, pelas 19.30 horas, seguido de jantar às 21.00. O jantar fica sujeito a confirmação até dia 31 de Março para o seguinte contacto: Sílvia Marques - 963 546 305.

JSD/Castelo Branco lança site e boletim

A Comissão Política Distrital da JSD/Castelo Branco prepara o lançamento do primeiro número do seu boletim informativo. Este projecto pretende agregar não só a JSD mas também o PSD, com uma tiragem de 2500 exemplares que deverão chegar às residências de todos os militantes laranja do distrito.

No mesmo espírito de manter os militantes e simpatizantes informados acerca das actividades locais, a CPD inaugurou o seu site: www.beiralaranja.no.sapo.pt.

A todos recomendamos a visita a esta sede cibernética da JSD de Castelo Branco.

Torneio Nacional de Karts da Secção de Évora: Carlos Coelho dá “Tiro de Partida”



É já no próximo 1 de Maio que a concelhia de Évora da JSD leva a efeito o seu troféu nacional de karts, desta feita denominado “Corrida para a Europa”.

Com o mesmo objectivo de promover a salutar convivência entre companheiros da JSD, a concelhia quer superar o sucesso registado em 2003, com mais distritos representados, mais equipas e maior variedade de actividades propostas.

Confirmadas estão as presenças do Presidente da CPN, Jorge Nuno Sá e do Presidente Honorário da JSD e Eurodeputado Carlos Coelho, competindo a este último dar início ao torneio.

Os preços são convidativos e as inscrições serão até 12 de Abril, para os seguintes contactos:

**kartsevora2004@iol.pt,
Nuno Leão - 962864863,
Mafalda Cardoso - 964751488,
Dulce Monteiro - 918634302.**

Desporto debatido em Setúbal

A Comissão Política de Secção de Setúbal da JSD promoveu no passado dia 2 de Abril, na Biblioteca Municipal de Setúbal, um colóquio subordinado ao tema: “Desporto Escolar: uma aposta para o futuro”.

A iniciativa contou com participação de responsáveis no sector, convidados pela JSD a falar da sua experiência e opiniões: José Rocha de Sousa, Coordenador do Desporto Escolar do Centro da Área Educativa da Península de Setúbal, Justino Teles Marques, Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica 2, 3 de Bocage, e Joaquim Niny Mestres, professor de Educação Física e Vice-Presidente da Comissão Política de Secção de Setúbal do PSD.

JSD/Amadora lança comunicado:

“Gato escondido com rabo de fora”

Na sequência do auto-denominado 2.º Ciclo de Cinema Independente da Amadora promovido pela Associação de Estudantes da Escola Superior de Teatro e Cinema em parceria com a Juventude Comunista Portuguesa (JCP), a JSD/Amadora emitiu um comunicado que apontado o dedo à promiscuidade entre as duas estruturas.

No texto pode ler-se que a Comissão Política de Secção se “insurge contra o aproveitamento político que uma Juventude partidária retira do normal funcionamento de uma Associação de Estudantes, que deve existir para representar os alunos da instituição onde fazem os seus cursos, e não para servir de instrumento de propaganda a Organizações Partidárias de Juventude”.

O texto na íntegra pode em breve ser consultado em www.jsd.pt

JSD/Paços de Ferreira debate política com os *média locais*

Esta CPS organizou um debate com características invulgares: convidou um representante de cada órgão de comunicação social do concelho (jornais e rádio local) a debater na sede da JSD um conjunto de assuntos da actualidade nacional e regional.

A discussão, que teve transmissão no Rádio Clube de Paços de Ferreira pautou-se por um enorme sucesso! Não só pelo número de militantes e simpatizantes que passou pela sede, mas também pela troca de opiniões gerada.

Outra das características que fizeram da iniciativa um caso raro, foi o facto do moderador ter sido um dirigente político (Joaquim Pinto, líder da JSD local) e os entrevistados terem sido os próprios profissionais de informação.

JSD/Estarreja visita freguesias do Concelho

Inserido no âmbito da iniciativa “Sete meses, sete freguesia”, a JSD/Estarreja esteve em Avanca, no passado dia 27 de Março.

O objectivo era verificar no local o dinamismo das associações e da população da Freguesia. Como balanço, a JSD congratula-se com os investimentos ali efectuados e continuará com as visitas às restantes freguesias, como forma de dar a conhecer a sua actividade bem como tomar o pulso à região.

JSD/Madeira lança novo site

A Comissão Política Regional Madeirense lançou a sua nova página na Internet.

O antigo site foi reestruturado dispondo agora de um novo visual, informações mais actualizadas, pretendendo continuar a servir da melhor maneira os militantes da JSD/Madeira.

Aconselhamos uma visita a www.jsdmadeira.pt



JSD/Ansião ligada ao Mundo!

A Comissão Política Concelhia de Ansião dispõe agora de um espaço na internet.

O novo site, www.jsdansiao.no.sapo.pt, pretende ser mais uma forma de fazer política e de chegar à população jovem do concelho.

A todos recomendamos uma visita à nova sede visual da secção de Ansião.

Comunicação em Política – Um elo inseparável:

A Secção F da JSD/Lisboa levou a efeito a 31 de Março uma conferência sobre Marketing Político. Os intervenientes foram o Professor Doutor Manuel Meirinho e o Publicitário Einhart da Paz.

Eurodeputado Carlos Coelho com a JSD em Vila Viçosa

Decorreu no Cine-Teatro Florbela Espanca em Vila Viçosa, no passado sábado, dia 3 de Abril, a conferência “Portugal e a União Europeia: Questões, Desafios e Oportunidades”.

Foram abordados, entre outros assuntos, os desafios colocados pelo próximo alargamento da União Europeia e as consequências daí inerentes para a nossa competitividade no nosso país.

Presentes estiveram vários militantes e simpatizantes que puderam ouvir e colocar questões ao orador convidado pela JSD de Vila Viçosa e Distrital, o Eurodeputado e Presidente Honorário da JSD, Carlos Coelho.

Presidente da JSD em Serpa

A Comissão Política Distrital de Beja, em colaboração com a JSD/Serpa, organizaram um programa de visita a Serpa, a ter lugar na próxima sexta-feira, 9 de Abril.

O Líder da CPN, Jorge Nuno Sá é o convidado, estando previsto um périplo pelo concelho, acompanhado pelos dirigentes locais e distritais e pelo militante honorário da JSD Mário Simões, candidato do PSD à CM de Serpa, nas últimas autárquicas.

Aborto debatido em Felgueiras:

CPN representada

O Vice-Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, César Teixeira, representou a nossa instituição num debate sobre "Aborto".

A iniciativa foi da responsabilidade do Instituto Politécnico de Felgueiras e teve lugar no passado dia 31, juntando à mesma mesa as várias juventudes partidárias.

Este dirigente abordou a legislação nacional e dissertou sobre as várias correntes da sociedade portuguesa acerca do tema.

Debate em Castro Daire: "Portugal na Europa Alargada"



A CPD/Visou e a Concelhia de Castro Daire da JSD levam a efeito, no próximo dia 17 de Abril, uma conferência sobre o alargamento da União Europeia, a ter lugar no Auditório do Centro Municipal da Cultura de Castro Daire.

Os oradores convidados serão o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, e o Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD, Deputado Pedro Duarte.

O Deputado da JSD Pedro Alves será o moderador de mais este debate que a JSD organiza em torno da temática, numa clara demonstração do interesse que a construção europeia tem no seio da JSD.

JSD/Fafe lança boletim

À semelhança de muitas estruturas da JSD, de igual modo a Comissão Política de Secção de Fafe tem um órgão de informação onde veicular as suas iniciativas, ideias e tomadas de posição.

Denominado "Jota Viva", esta publicação vai já na 3ª edição, como o lançamento em Março do seu mais recente número.

Aborto, informação sobre núcleos, uma entrevista e uma "reportagem" sobre o XVII Congresso Nacional da JSD são alguns dos temas que podem ser encontrados neste "Jota Viva".



CURTAS/AGENDA:

- Já se encontram disponíveis on-line os novos Estatutos Nacionais da JSD. O documento pode ser consultado em www.jsd.pt;

- Terão certamente notado que o site da JSD não sofreu alterações durante alguns dias. Tal situação teve lugar pois estão a ser introduzidas melhorias técnicas no site, quase exclusivamente ao nível da sua gestão, estando a decorrer o necessário período de teste. Prevemos para breve o concluir desta fase para podermos continuar a considerar o www.jsd.pt o melhor e mais actualizado site da política jovem em Portugal;

- Dia 8 de Abril, jantar de Páscoa do Núcleo Maia Leste, concelhia da Maia. Realiza-se às 20h30 no Restaurante Europa, na Freguesia de Folgosa. Organização: Núcleo de Maia Leste da JSD;

- Dia 17 de Abril, Dia da Juventude com actividades radicais, Freguesia de Cernadelo. Organização: CPC/JSD Lousada;

- No passado dia 3 de Abril a CPS/JSD do Porto promoveu uma visita ao concelho subordinada ao tema: Coesão Social, daremos em breve uma nota sobre a iniciativa;

- A JSD do Núcleo de Moreira/V.N. Telha (Concelho da Maia) organizou um convívio de Bowling no passado 3 de Abril, do qual daremos nota brevemente;

- "A Importância das Ideologias Políticas no Séc. XXI" foi o tema duma conferência promovida pela JSD/Trofa. Desta iniciativa serão dadas informações mais detalhadas em próximas edições do Povo Livre.

- A JSD de Ponte de Lima criou um blog para divulgar as suas actividades e opiniões. Aos interessados e cibernautas deixamos o respectivo endereço, recomendando uma visita: <http://jsdlimiana.blogspot.com/>

Encontro das Estruturas do PSD na Europa



As estruturas do PSD da emigração da Europa, reuniram em Bruxelas em 3 de Abril de 2004, com a presença do Secretário-Geral do Partido, José Luís Arnaut, do Deputado pelo círculo da emigração, do Vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, o Deputado Miguel Frasquilho, e aprovaram um comunicado, no qual analisam a situação político-económica, recordando o estado calamitoso em que a anterior governação socialista deixou o País.

Registam a forma corajosa como o actual Governo tem desenvolvido os esforços necessários para cumprir o programa eleitoral e recuperar a economia, apesar do clima de crise internacional.

Na análise dos temas que interessam mais directamente às comunidades, referem a reestruturação consular, com a introdução da informatização e a emissão dos Bilhetes de Identidade nos postos consulares com emissão no prazo de um dia, quando antes a espera era de seis a nove meses e havia 40.000 processos.

As estruturas congratulam-se pela abertura das novas instalações do consulado em Londres, bem como das soluções para abertura de consulados honorários em locais onde o número de portugueses e as restrições orçamentais não permitem uma solução mais tradicional.

Sublinham ainda com agrado a revisão da lei da nacionalidade e pedem que o modelo do ensino do português no estrangeiro passe pelo alargamento das experiências do ensino nas escolas locais, e prioritariamente pela contratação de pessoal já

integrado nas comunidades em que se inserem.

Orgulham-se pela reforma da RTP e pela melhoria da RTPi e aconselham o fomento do associativismo, como forma de os militantes melhor conhecerem os problemas transversais que atingem as nossas comunidades e desse modo melhor poderem intervir para a sua resolução.

Reafirmam a sua confiança nas orientações que estão a ser seguidas na gestão financeira, na certeza que estamos no caminho certo, com uma estratégia definida que permitirá em breve um crescimento superior ao dos nossos parceiros económicos.

Foi analisada a estratégia do partido para as europeias e impõem uma campanha agressiva dos nossos militantes mobilizando as bases do partido para se conseguir um resultado de acordo com as nossas expectativas.

A campanha eleitoral para estas eleições irá começar mais cedo no estrangeiro e as estruturas nas comunidades devem desenvolver um trabalho que é difícil, por muitos residentes no estrangeiro não votarem nas listas nacionais, mas o partido saberá consolidar o espaço já conquistado.

As Estruturas da Europa congratulam-se com a convocação do XXV Congresso do PSD sublinhando que este deve ser um momento de união dos militantes, motivados para uma batalha eleitoral importante e o arrancar de uma campanha eleitoral com força e vigor.

– Fonte: Secção de Bruxelas



Editorial



A nova RTP

A RTP era para muitos um caso perdido, um problema sem solução, essencialmente em dois vectores: A qualidade dos seus conteúdos e a sua dramática situação financeira. Dizia-se à boca cheia que para manter um nível de audiências interessantes era imprescindível fazer contra-programação e alinhar a grelha do serviço público por aquilo que se fazia de mais “popularucho” nas televisões comerciais.

Relativamente ao despesismo sem limites, muito poucos acreditavam na possibilidade de se encontrar um modelo financeiro de funcionamento que fosse controlado e sensatamente sustentado pelo Estado.

O líder do Partido Socialista, Dr. Ferro Rodrigues, chegou mesmo a colocar a possibilidade de encerrar a RTP, caso o seu partido ganhasse as eleições legislativas. Era esta a realidade.

Passado apenas dois anos, este Governo, não só provou que era possível recriar a estrutura do ponto de vista financeiro como, através dos excelentes e muitas vezes negligenciados, profissionais da RTP, conseguiu uma nova cultura de empresa, credível ao nível da programação e da informação. As audiências subiram e hoje temos realmente um serviço público de televisão.

Nesta semana em que a RTP mudou de instalações e todo o País reconhece publicamente o notável e exemplar trabalho realizado em prol da nova RTP que tanto diz à memória colectiva dos Portugueses, não posso deixar de felicitar o Dr. Nuno Morais Sarmento pela determinação, competência e seriedade no trabalho que realizou. Hoje a RTP é verdadeiramente a televisão de todos os Portugueses.